

CENTRO ESPÍRITA ISMAEL

DEPARTAMENTO DE ENSINO DOUTRINÁRIO

CURSO DE INTRODUÇÃO AO EVANGELHO

AULA 1 - NOÇÃO GERAL SOBRE A BÍBLIA – TEORIA



Papiro 46 contendo 2 Coríntios 11:33-12:9

Bíblia

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre (www.wikipedia.org)

A palavra grega **Bíblia**, em plural, deriva do grego *bíblōs* ou *bíblion* (βιβλίον) que significa "rolo" ou "livro". *Bíblion*, no caso nominativo plural, assume a forma *bíblia*, significando "livros". No latim medieval, *bíblia* é usado como uma palavra singular — uma coleção de livros ou "a Bíblia". Foi São Jerônimo, tradutor da Vulgata Latina, que chamou pela primeira vez ao conjunto dos livros do Antigo Testamento e Novo Testamento de "Biblioteca Divina". A Bíblia é uma coleção de livros catalogados, considerados por diversas religiões cristãs como divinamente inspirados. É sinônimo de "Escrituras Sagradas" e "Palavra de Deus".

Os livros bíblicos considerados canônicos pela Igreja Católica Apostólica Romana são ao todo 73 livros, sendo 46 livros do antigo testamento e 27 do Novo. A Bíblia Católica contém 7 livros a mais no Antigo Testamento do que outras traduções bíblicas usadas pelas religiões cristãs não-católicas e pelo Judaísmo. Esses livros são chamados pela Igreja Católica de deuterocanônicos ou livros do "segundo Cânon". A lista dos livros deuterocanônicos é a seguinte: Tobias, Judite, I Macabeus, II Macabeus, Sabedoria, Eclesiástico (Ben Sira ou Sirácida) e Baruque. Além disso, ela possui alguns trechos a mais em alguns livros protocanônicos (ou livros do "primeiro Cânon") de Ester e Daniel. Outras denominações religiosas consideraram estes livros deuterocanônicos como apócrifos, ou seja, livros ou escritos que carecem de inspiração divina, reconhecendo, porém, o valor histórico dos livros dos Macabeus.

Índice

- 1 Conceitos sobre a Bíblia
- 2 Os idiomas originais
- 3 Inspirado por Deus
- 4 A interpretação bíblica
- 5 Sua estrutura interna
 - 5.1 Testamento — origem do termo
 - 5.2 Livros do Antigo Testamento
 - 5.2.1 Livros Protocanônicos
 - 5.2.1.1 Pentateuco
 - 5.2.1.2 Históricos
 - 5.2.1.3 Poéticos e Sapienciais
 - 5.2.1.4 Proféticos
 - 5.2.2 Livros Deuterocanônicos
 - 5.3 Livros do Novo Testamento
 - 5.3.1 Evangelhos
 - 5.3.2 Livro Histórico
 - 5.3.3 Cartas Paulinas
 - 5.3.4 Cartas Gerais
 - 5.3.5 Livro profético
- 6 Versões e traduções bíblicas
 - 6.1 A Bíblia em português

1 - Conceitos sobre a Bíblia

A Bíblia é um livro muito antigo. Ela é o resultado de longa experiência religiosa do povo de Israel. É o registro de várias pessoas, em diversos lugares, em contextos diversos. Foi escrita ao longo de um período de 1600 anos por cerca de 40 homens das mais diversas profissões, origens culturais e classes sociais.

Os cristãos acreditam que estes homens escreveram a Bíblia inspirados por Deus e por isso consideram a Bíblia como a Escritura Sagrada. No entanto, nem todos os seguidores da Bíblia a interpretam de forma literal, e muitos consideram que muitos dos textos da Bíblia são metafóricos ou que são textos datados que faziam sentido no tempo em que foram escritos, mas foram perdendo seu sentido dentro do contexto da atualidade.

Para o cristianismo tradicional, a Bíblia é a Palavra de Deus, portanto ela é mais do que apenas um bom livro, é a vontade de Deus escrita para a humanidade. Para esses cristãos nela se encontram, acima de tudo, as respostas para os problemas da humanidade e a base para princípios e normas de moral.

Os agnósticos vêem a Bíblia como um livro comum, com importância histórica e que reflete a cultura do povo que os escreveu. Os não crentes recusam qualquer origem Divina para a Bíblia e a consideram como de pouca ou de nenhuma importância na vida moderna, ainda que na generalidade se reconheça a sua importância na formação da civilização ocidental (apesar de a Bíblia ter origem no Médio Oriente).

A comunidade científica tem defendido a Bíblia como um importante documento histórico, narrado na perspectiva de um povo e na sua fé religiosa. Muito da sua narrativa foi de máxima importância para a investigação e descobertas arqueológicas dos últimos séculos. Mas os dados existentes são permanentemente cruzados com outros documentos contemporâneos, uma vez que, a história religiosa do povo de Israel singra em função da soberania de seu povo que se diz o "escolhido" de Deus e, inclusive, manifesta essa atitude nos seus registros.

Independente da perspectiva que um determinado grupo tem da Bíblia, o que mais chama a atenção neste livro é a sua influência em toda história da sociedade ocidental e mesmo mundial, face ao entendimento dela nações nasceram (Estados Unidos da América etc.), povos foram destruídos (Incas, Maias, etc), o calendário foi alterado (Calendário Gregoriano), entre outros fatos que ainda nos dias de hoje alteram e formatam nosso tempo. Sendo também o livro mais lido, mais pesquisado e mais publicado em toda história da humanidade, boa parte das línguas e dialetos existentes já foram alcançados por suas traduções. Por sua inegável influência no mundo ocidental, cada grupo religioso oferece a sua interpretação, muitas vezes, sem a utilização da Hermenêutica.

2 - Os idiomas originais

Foram utilizados três idiomas diferentes na escrita dos diversos livros da Bíblia: o hebraico, o grego e o aramaico. Em hebraico consonantal foi escrito todo o Antigo Testamento, com exceção dos livros chamados deuterocanônicos, e de alguns capítulos do livro de Daniel, que foram redigidos em aramaico. Em grego comum, além dos já referidos livros deuterocanônicos do Antigo Testamento, foram escritos praticamente todos os livros do Novo Testamento. Segundo a tradição cristã, o Evangelho de Mateus teria sido primeiramente escrito em hebraico, visto que a forma de escrever visava alcançar os judeus.

O hebraico utilizado na Bíblia não é todo igual. Encontramos em alguns livros o hebraico clássico (por ex. livros de Samuel e Reis), em outros um hebraico mais rudimentar e em outros ainda, nomeadamente os últimos a serem escritos, um hebraico elaborado, com termos novos e influência de outras línguas circunvizinhas. O grego do Novo Testamento, apesar das diferenças de estilo entre os livros, corresponde ao chamado grego *koiné* (isto é, o grego "comum" ou "vulgar", por oposição ao grego clássico), o segundo idioma mais falado no Império Romano.

3 - Inspirado por Deus

O apóstolo Paulo afirma que "toda a Escritura é inspirada por Deus" [literalmente, "soprada por Deus", que é a tradução da palavra grega θεοπνευστος, *theopneustos*] (II Timóteo 3:16). Na ocasião, os livros que hoje compõem a Bíblia não estavam todos escritos e a Bíblia não havia sido compilada, entretanto muitos cristãos crêem que Paulo se referia à Bíblia que seria posteriormente canonizada. O apóstolo Pedro diz que "nenhuma profecia foi proferida pela vontade dos homens. Inspirados pelo Espírito Santo é que homens falaram em nome de Deus." (II Pedro 1:21 MC) Veja também os artigos Cânon Bíblico e Apócrifos.

Os cristãos crêem que a Bíblia foi escrita por homens sob Inspiração Divina, mas essa afirmação é considerada subjetiva na perspectiva de uma pessoa não cristã ou não religiosa. A interpretação dos textos bíblicos, mesmo usando o mesmo Texto-Padrão, varia de religião para religião. Verifica-se que a compreensão e entendimento a respeito de alguns assuntos pode variar de teólogo para teólogo, e mesmo de um crente para outro dependendo do idealismo e da filosofia religiosa defendida, entretanto, quanto aos fatos e às narrações históricas, existe uma unidade.

A Fé dos leitores religiosos da Bíblia baseia-se na premissa de que "Deus está na Bíblia e Ele não fica em silêncio", como declara repetidamente o renomeado teólogo presbiteriano e filósofo, o Pastor Francis Schaeffer, dando a entender que a Bíblia constitui uma carta de Deus para os homens. Para os cristãos, o Espírito Santo de Deus atuou de uma forma única e sobrenatural sobre os escritores. Seguindo este raciocínio, Deus é o *verdadeiro autor da bíblia*, e não os seus escritores, por si mesmos. Segundo este pensamento Deus usou as suas personalidades e talentos individuais, para registrar por escrito os seus pensamentos e a revelação progressiva dos seus propósitos em suas palavras. Para os crentes, a sua postura diante da Bíblia determinará o seu destino eterno.

4 - A interpretação bíblica

Diferente das outras mitologias, os assuntos narrados na Bíblia são geralmente ligados a datas, a personagens ou a acontecimentos históricos (de fato, vários cientistas têm reconhecido a existência de personagens e locais narrados na Bíblia, que até há poucos anos eram desconhecidos ou considerados fictícios), apesar de não confirmarem os fatos nela narrados, por outro lado, comprovando que aconteceram de alguma forma.

Os judeus acreditam que todo o Velho Testamento foi inspirado por Deus e, por isso, constitui não apenas parte da Palavra Divina, mas a própria palavra. Os Cristãos, por sua vez, incorporam a tal entendimento todos os livros do Novo Testamento. Os ateus e agnósticos possuem concepção inteiramente diferente, descrendo por completo dos ensinamentos religiosos. Tal descrença ocorre face ao entendimento de que existem personagens cuja real existência e/ou atos praticados são por eles considerados fantásticos ou exagerados, tais como os relatos de Adão e Eva, da narrativa da sociedade humana ante-diluviana, da Arca de Noé, o Dilúvio, Jonas engolido por um "Grande peixe", etc.

A hermenêutica, uma ciência que trata da interpretação dos textos, tem sido utilizada pelos teólogos para se conseguir entender os textos bíblicos. Entre as regras principais desta ciência encontramos:

1. A Bíblia - coleção de livros religiosos - se interpreta por si mesma, revelando toda ela uma doutrina interna;
2. O texto deve ser interpretado no seu contexto e nunca isoladamente;
3. Deve-se buscar a intenção do escritor, e não interpretar a intenção do autor;
4. A análise do idioma original (hebraico, aramaico, grego comum) é importante para se captar o melhor sentido do termo ou as suas possíveis variantes;
5. O intérprete jamais pode esquecer os fatos históricos relacionados com o texto ou contexto, bem como as contribuições dadas pela geografia, geologia, arqueologia, antropologia, cronologia, biologia...

5 - Sua estrutura interna

A Bíblia é um conjunto de pequenos livros ou uma biblioteca. Foi escrita ao longo de um período de cerca de 1 500 anos por 40 homens das mais diversas profissões, origens culturais e classes sociais, segundo a tradição judaico cristã. No entanto, exegetas cristãos divergem cada vez mais sobre a autoria e a datação das obras. A sua divisão em capítulos e versículos que conhecemos hoje surgiu em momentos diferentes da história. A primeira divisão (em capítulos) credita-se a autoria ao arcebispo Stephen Langton da Cantuária, no século XIII, que fez as marcações dos mesmos através de uma seqüência numérica em algarismos romanos nas margens dos manuscritos. A divisão em versículos foi realizada em 1551 numa edição em grego do Novo Testamento pelo humanista e impressor Robert Stephanus.

5.1 - Testamento — origem do termo

Este vocábulo não se encontra na Bíblia como designação de uma de suas partes.

A palavra portuguesa testamento corresponde à palavra hebraica *berith* — aliança, pacto, contrato, e designa aquela aliança que Deus fez com o povo de Israel no Monte Sinai (Êxodo 24:1-8; 34:10-28). Sendo esta aliança quebrada pela infidelidade do povo, Deus prometeu uma nova aliança (Jer. 31:31-34) que deveria ser ratificada com o sangue de Cristo (Mat. 26:28). Os escritores neotestamentários denominam a primeira aliança de antiga (Heb. 8:13), contrapondo-lhe a nova (II Cor. 3:6, 14).

Os tradutores da Septuaginta traduziram *berith* para *diatheke*, embora não haja perfeita correspondência entre as palavras, já que *berith* designa aliança (compromisso bilateral) e *diatheke* tem o sentido de "última disposição dos próprios bens", "testamento" (compromisso unilateral).

As respectivas expressões "antiga aliança" e "nova aliança" passaram a designar a coleção dos escritos que contém os documentos respectivamente da primeira e da segunda aliança.

O termo testamento veio até nós através do latim quando a primeira versão latina do Velho Testamento grego traduziu *diatheke* por *testamentum*. São Jerônimo revisando esta versão latina manteve a palavra *testamentum*, equivalendo ao hebraico *berith* — aliança, concerto, quando a palavra como já foi visto não tinha essa significação no grego. Afirmam alguns pesquisadores que a palavra grega para "contrato", "aliança" deveria ser *suntheke*, por traduzir melhor o hebraico *berith*.

As denominações "Antigo Testamento" e "Novo Testamento", para as duas coleções dos livros sagrados, começaram a ser usadas no final do II século A.D., quando os evangelhos e outros escritos apostólicos foram considerados como Escrituras.

5.2 - Livros do Antigo Testamento

- O Antigo Testamento é composto de 46 livros: 39 conhecidos como protocanônicos e 7 conhecidos como deuterocanônicos. Os livros deuterocanônicos fazem parte apenas da Bíblia Católica.

5.2.1 - Livros Protocanônicos

5.2.1.1 - Pentateuco

Gênesis - Êxodo - Levítico - Números - Deuteronômio

5.2.1.2 - Históricos

Josué - Juízes - Rute - I Samuel - II Samuel - I Reis - II Reis - I Crônicas - II Crônicas - Esdras - Neemias - Ester

5.2.1.3 - Poéticos e Sapienciais

Jó - Salmos - Provérbios - Eclesiastes (ou Coélet) - Cântico dos Cânticos de Salomão

5.2.1.4 - Proféticos

Profetas Maiores

A designação “Maiores” não se trata porém da relevância histórica destes personagens na história de Israel, mas tão somente ao tamanho de seus livros, maiores se comparados aos livros dos Profetas “Menores”.

Isaías - Jeremias - Lamentações de Jeremias - Ezequiel - Daniel

Profetas Menores

Como referido acima, a designação “Menores” não se trata da relevância histórica destes personagens na história de Israel, mas tão somente ao tamanho de seus livros.

Oséias - Joel - Amós - Obadias - Jonas - Miquéias - Naum - Habacuque - Sofonias - Ageu - Zacarias - Malaquias

5.2.2 - Livros Deuterocanônicos

Tobias - Judite - I Macabeus - II Macabeus - Baruque - Sabedoria - Eclesiástico (ou Ben Sira) - e alguns acréscimos ao texto dos livros Protocanônicos: Adições em Ester (Ester 10:4 a 11:1 ou a 16:24) e Adições em Daniel (Daniel 3:24-90; Cap. 13 e 14)

Os livros deuterocanônicos (ou apócrifos) foram, supostamente, escritos entre Malaquias e Mateus, numa época em que segundo o historiador judeu Flávio Josefo, a Revelação Divina havia cessado porque a sucessão dos profetas era inexistente ou imprecisa. O parecer de Josefo não é aceito pelos cristãos católicos e ortodoxos, porque Jesus afirma que durou até João Batista (cf. Lc 16,16; Mt 11,13).

No período entre o séc. III e o séc. I a.C. ocorre a Diáspora judaica helenística, numa época em que os judeus já estavam, em partes, dispersos pelo mundo. Uma colônia judaica destaca-se esta se localiza em Alexandria no Egito, onde se falava muito a língua grega. A Bíblia foi então traduzida do hebraico para o grego. Alguns escritos recentes foram-lhe acrescentados sem que os judeus de Jerusalém os reconhecessem como inspirados. Somente no final do séc. I d.C. foi fixado o cânon (= medida) hebraico, portanto numa época em que a diferenciação entre judaísmo e cristianismo já era bem acentuada. E os escritos acrescentados não foram aceitos no cânon hebraico.

Quando Jerônimo traduziu a famosa Vulgata, no início do Século V, incluiu os deuterocanônicos, e a Igreja Católica admitiu-os como inspirados da mesma forma que os outros livros. No século XVI, com o surgimento da Reforma Protestante, é novamente colocada em dúvida a canonicidade dos deuterocanônicos pelo fato de não fazerem parte da Bíblia hebraica primitiva. No Concílio de Trento, em 8 de abril de 1546, no *Decretum de libris sacris et de traditionibus recipiendis* (DH 1501), a Igreja Católica novamente os confirmou como partes integrantes da Bíblia Católica, mas desde então foram considerados apócrifos no Protestantismo e no século XVII deixaram de fazer parte das Bíblias protestantes.

5.3 - Livros do Novo Testamento

- O Novo Testamento é composto de 27 livros.

5.3.1 - Evangelhos

Mateus, Marcos, Lucas e João.

5.3.2 - Livro Histórico

Atos dos Apóstolos (abrev. Atos)

5.3.3 - Cartas Paulinas

Romanos - I Coríntios - II Coríntios - Gálatas - Eféssios - Filipenses - Colossenses - I Tessalonicenses - II Tessalonicenses - I Timóteo - II Timóteo - Tito - Filémon

5.3.4 - Cartas Gerais

Hebreus - Tiago - I Pedro - II Pedro - I João - II João - III João - Judas

5.3.5 - Livro profético

Apocalipse

6 - Versões e traduções bíblicas

Apesar da antiguidade dos livros bíblicos, os manuscritos mais antigos que possuímos datam a maior parte do III e IV Século d.C.. Tais manuscritos são o resultado do trabalho de copistas (escribas) que, durante séculos, foram fazendo cópias dos textos, de modo a serem transmitidos às gerações seguintes. Transmitido por um trabalho desta natureza o texto bíblico, como é óbvio, está sujeito a erros e modificações, involuntários ou voluntários, dos copistas, o que se traduz na coexistência, para um mesmo trecho bíblico, de várias versões que, embora não afetem grandemente o conteúdo, suscitam diversas leituras e interpretações dum mesmo texto. O trabalho desenvolvido por especialistas que se dedicam a comparar as diversas versões e a selecioná-las, denomina-se Crítica Textual. E o resultado de seu trabalho são os Textos-Padrão.

A grande fonte hebraica para o Antigo Testamento é o chamado Texto Massorético. Trata-se do texto hebraico fixado ao longo dos séculos por escolas de copistas, chamados Massoretas, que tinham como particularidade um escrúpulo rigoroso na fidelidade da cópia ao original. O trabalho dos massoretas, de cópia e também de vocalização do texto hebraico (que não tem vogais, e que, por esse motivo, ao tornar-se língua morta, necessitou de as indicar por meio de sinais), prolongou-se até ao Século VIII d.C.. Pela grande seriedade deste trabalho, e por ter sido feito ao longo de séculos, o Texto Massorético (sigla TM) é considerado a fonte mais autorizada para o texto hebraico bíblico original.

No entanto, outras versões do Antigo Testamento têm importância, e permitem suprir as deficiências do Texto Massorético. É o caso do Pentateuco Samaritano (os samaritanos eram uma comunidade étnica e religiosa separada dos judeus, que tinham culto e templo próprios, e que só aceitavam como livros sagrados os do Pentateuco), e principalmente a Septuaginta Grega (sigla LXX).

A Versão dos Setenta ou Septuaginta Grega, designa a tradução grega do Antigo Testamento, elaborada entre os séculos IV e II a.C., feita em Alexandria, no Egito. O seu nome deve-se à lenda que referia ter sido essa tradução um resultado milagroso do trabalho de 70 eruditos judeus, e que pretende exprimir que não só o texto, mas também a tradução, fora inspirada por Deus. A Septuaginta Grega é a mais antiga versão do Antigo Testamento que conhecemos. A sua grande importância provém também do fato de ter sido essa a versão da Bíblia utilizada entre os cristãos, desde o início, e a que é citada na grande parte do Novo Testamento.

Da Septuaginta Grega fazem parte, além da Bíblia Hebraica, os Livros Deuterocanônicos (aceites como canônicos apenas pela Igreja Católica), e alguns escritos apócrifos (não aceites como inspirados por Deus por nenhuma das religiões cristãs ocidentais).

Encontram-se 4 mil manuscritos em grego do Novo Testamento, que apresentam variantes. Diferentemente do Antigo Testamento, não há para o Novo Testamento uma versão a que se possa

chamar, por assim dizer, normativa. Há contudo alguns manuscritos mais importantes, pelas sua antiguidade ou credibilidade, e que são o alicerce da Crítica Textual.

Uma outra versão com importância é a chamada Vulgata Latina, ou seja, a tradução latim por São Jerônimo, em 404 d.C., e que foi utilizada durante muitos séculos pelas Igrejas Cristãs do Ocidente como a versão bíblica autorizada.

De acordo com o *Scripture Language Report*, a Bíblia já foi traduzida para 2 403 línguas diferentes, sendo o livro mais traduzido do mundo.

6.1 - A Bíblia em português

Os primeiros registros da tradução de trechos da Bíblia para o português remontam ao final do século XIII, por Dom Dinis. Mas a primeira Bíblia completa em língua portuguesa foi publicada somente em 1753, na tradução do pastor João Ferreira de Almeida (1628 -1691).

O pastor, missionário e tradutor João Ferreira de Almeida foi o principal tradutor da Bíblia para a língua portuguesa. Ele já conhecia a Vulgata, já que seu tio era padre. Após converter-se ao protestantismo aos 14 anos, Almeida partiu para a Batávia. Aos 16 anos traduziu um resumo dos evangelhos do espanhol para o português, que nunca chegou a ser publicado. Em Malaga traduziu partes do Novo Testamento também do espanhol.

Aos 17, traduziu o Novo Testamento do latim, da versão de Theodore Beza, além de ter se apoiado nas versões italiana, francesa e espanhola.

Aos 35 anos, iniciou a tradução diretamente dos originais, embora seja um mistério como ele aprendeu os idiomas originais. É certo que ele usou como base o Texto Massorético para o Antigo Testamento, o Textus Receptus, editado em 1633 pelos irmãos Elzevir, e alguma tradução da época, como a Reina-Valera. A tradução do Novo Testamento ficou pronta em 1676.

O texto foi enviado para a Holanda para revisão. O processo de revisão durou cinco anos, sendo publicado em 1681, e teve mais de mil erros. A razão é que os revisores holandeses queriam harmonizar a tradução com a versão holandesa publicada em 1637. A Companhia das Índias Orientais ordenou que se recolhesse e destruísse os exemplares defeituosos. Os que foram salvos foram corrigidos e utilizados em igrejas protestantes no Oriente, sendo que um deles está exposto no Museu Britânico. Após sua morte foram detectados 1.119 erros de tradução.

Vulgata

A **Vulgata** é uma tradução para o latim da Bíblia escrita em meados do século IV por São Jerônimo, a pedido do Papa Dâmaso I, que foi usada pela Igreja Católica e ainda é muito respeitada.

Nos seus primeiros séculos, a Igreja serviu-se sobretudo da língua grega. Foi nesta língua que foi escrito todo o Novo Testamento, incluindo a Carta aos Romanos, de São Paulo, bem como muitos escritos cristãos de séculos seguintes.

No século IV, a situação mudara e é então que o importante biblista São Jerônimo traduz pelo menos o Antigo Testamento para latim e revê a Vetus Latina. A Vulgata foi produzida para ser mais exata e mais fácil de compreender do que suas predecessoras. Foi a primeira, e por séculos a única, versão da Bíblia que verteu o Velho Testamento diretamente do hebraico e não da tradução grega conhecido como Septuaginta. No Novo Testamento, São Jerônimo selecionou e revisou textos. Ele inicialmente não considerou canônicos os sete livros, chamados por católicos e ortodoxos de deuterocanônicos. Porém, trabalhos seus posteriores mostram sua mudança de conceito, pelo menos a respeito dos livros de Judite, Sabedoria de Salomão e o Eclesiástico (ou Sabedoria de Sirac), conforme atestamos em suas últimas cartas a Rufino. Chama-se **Vulgata** a esta versão latina da Bíblia, que foi usada pela Igreja Católica Romana durante muitos séculos, e ainda hoje é fonte para diversas traduções.

O nome vem da frase *versio vulgata*, isto é "versão dos vulgares", e foi escrito em um latim cotidiano usado na distinção consciente ao latim elegante de Cícero, do qual Jerônimo era um mestre.

Após o Concílio Vaticano II, por determinação de Paulo VI, foi realizada uma revisão da Vulgata, sobretudo para uso litúrgico. Esta revisão, terminada em 1975, e promulgada pelo Papa João Paulo II em 25 de abril de 1979, é denominada **Nova Vulgata**.

Prólogos da Vulgata

Além do texto bíblico da Vulgata, ela contém prólogos dos quais a maioria foi escrito por Jerônimo. Esses prólogos são escritos críticos e não eram destinados ao público em geral.

O tema recorrente dos prólogos se referem a primazia do texto hebraico sobre os textos da Septuaginta (LXX) em grego.

Entre os mais notáveis prólogos se destaca o **Prologus Galeatus**, na qual Jerônimo descreve um Cânon bíblico judaico composto de 22 livros. Independente disto, Jerônimo traduziu e incluiu no Antigo Testamento da Vulgata os livros Deuterocanônicos.

O prólogo "Primum Quaeritur", de autoria desconhecida, defende a autoria Paulina para a carta aos Hebreus.

Prólogos:

- Pentateuco
- Josué
- Reis - Prologus Galeatus
- Crônicas
- Esdras
- Tobias
- Judite
- Ester
- Jó
- Salmos (LXX)
- Livros de Salomão
- Isaías
- Jeremias
- Ezequiel
- Daniel
- 12 Profetas (menores)
- Os evangelhos

- Epistolas Paulinas - Primum Quaeritur

Notas:

- Salmos (Hebreus)
- Adições de Ester

Jerônimo de Strídon

São Jerônimo, **Jerônimo** na ortografia brasileira, (Strídon, cerca de 347 — Belém, 30 de setembro de 419/420), de seu nome completo **Eusebius Sophronius Hieronymus**, é conhecido sobretudo como

tradutor da Bíblia do grego antigo e do hebraico para o latim. É o padroeiro dos bibliotecários e dos tradutores.

A edição de São Jerônimo, a "Vulgata", é ainda o texto bíblico oficial da Igreja Católica Romana, que o reconhece como Padre da Igreja (um dos fundadores do dogma católico) e ainda doutor da Igreja. Nasceu em Strídon, na fronteira entre a Panônia e a Dalmácia (motivo pelo qual também é chamado de Jerônimo de Strídon), no segundo quarto do século IV e faleceu perto de Belém, em sua cela, próximo à gruta da Natividade.

A Vulgata foi publicada cerca de 400 d.C., poucos anos depois de Teodósio I ter feito do Cristianismo a religião oficial do Império Romano (391).

Versões do nome

Jerônimo é um nome partilhado através das línguas europeias de formas notavelmente pouco intuitivas: latim e alemão Hieronymus, inglês Jerome, francês Jérôme, holandês Jeroen, italiano Girolamo, castelhano e português Jerônimo.

Biografia

Dele disse o Papa Bento XVI: *A preparação literária e a ampla erudição permitiram que Jerônimo fizesse a revisão e a tradução de muitos textos bíblicos: um precioso trabalho para a Igreja latina e para a cultura ocidental. Com base nos textos originais em grego e em hebraico e graças ao confronto com versões anteriores, ele realizou a revisão dos quatro Evangelhos em língua latina, depois o Saltério e grande parte do Antigo Testamento. Tendo em conta o original hebraico e grego, dos Setenta, a versão grega clássica do Antigo Testamento que remontava ao tempo pré-cristão, e as precedentes versões latinas, Jerônimo, com a ajuda de outros colaboradores, pôde oferecer uma tradução melhor: ela constitui a chamada "Vulgata", o texto "oficial" da Igreja latina, que foi reconhecido como tal pelo Concílio de Trento e que, depois da recente revisão, permanece o texto "oficial" da Igreja de língua latina.*

É interessante ressaltar os critérios aos quais o grande biblista se ateve na sua obra de tradutor. Revela-o ele mesmo quando afirma respeitar até a ordem das palavras das Sagradas Escrituras, porque nelas, diz, "até a ordem das palavras é um mistério" (Ep. 57, 5), isto é, uma revelação. Reafirma ainda a necessidade de recorrer aos textos originários: "Quando surge um debate entre os Latinos sobre o Novo Testamento, para as relações discordantes dos manuscritos, recorremos ao original, isto é, ao texto grego, no qual foi escrito o Novo Pacto. Do mesmo modo para o Antigo Testamento, se existem divergências entre os textos gregos e latinos, apelamos ao texto original, o hebraico; assim tudo o que brota da nascente, podemos-lo encontrar nos ribeiros" (Ep. 106, 2).(Audiência geral, Roma, em 7 de novembro de 2007).

Posição no sincretismo religioso brasileiro

Na umbanda São Jerônimo é o sincretismo de Xangô por haver traduzido a bíblia e ser, portanto conhecedor, das leis

Crítica

Os críticos da tradução da Vulgata, apoiam-se neste trecho para afirmar que Jerônimo teria adulterado o seu conteúdo na tradução do texto grego para o latino: "Obrigas-me fazer de uma Obra antiga uma nova... da parte de quem deve por todos ser julgado, julgar ele mesmo os outros, querer mudar a língua de um velho e conduzir à infância o mundo já envelhecido. Qual, de fato, o douto e mesmo o indouto que, desde que tiver nas mãos um exemplar, depois de o haver percorrido apenas uma vez, vendo que se acha em desacordo com o que está habituado a ler, não se ponha imediatamente a clamar que eu sou um sacrílego, um falsário, porque terei tido a audácia de acrescentar, substituir, corrigir alguma coisa nos antigos livros? (Meclamitans esse sacrilegum qui audeam aliquid in verteribus libris addere, mutare, corrigere). Um duplo motivo me consola desta acusação. O primeiro é que vós, que sois o soberano pontífice, me ordenais que o faça; o segundo é que a verdade não poderia existir em coisas

que divergem, mesmo quando tivessem elas por si a aprovação dos maus". (Obras de São Jerônimo, edição dos Beneditinos, 1693, t. It. Col. 1425).

Antigo Testamento

O **Antigo Testamento** ou as **Escrituras Hebraicas** constituem a primeira grande parte da Bíblia Cristã, e a totalidade da Bíblia Hebraica, foram compostos em hebraico ou aramaico.

Chama-se também Tanakh, acrônimo lembrando as grandes divisões dos escritos sagrados da Bíblia Hebraica que são os Livros da Lei ou Torá, os livros dos profetas ou Nevi'im, e os chamados escritos, ou Ketuvim. Entretanto, a tradição cristã divide o antigo testamento em outras partes, e reordena os livros. Segundo essa tradição, os livros são geralmente divididos nas categorias Lei, história, poesia (ou livros de sabedoria) e Profecias.

Diferentes composições do Antigo Testamento

Diferentes tradições cristãs possuem um diferente cânone para o Antigo Testamento. A Igreja Católica Romana utilizou, a partir do ano 400 d.C., como *canônica* a versão chamada Septuaginta, que foi uma tradução dos escritos hebraicos para o grego, feita antes mesmo do fechamento do cânone hebraico na tradição judaica. Assim, a Septuaginta inclui material que não foi incluído na Bíblia Hebraica, de fontes diferentes e divergentes, inclusive material original já escrito em grego. Os defensores da reforma protestante excluíram do cânone todos os livros ou fragmentos que não correspondiam ao texto hebraico massorético, e como resposta a isso o Concílio de Trento em 1546 determinou que os livros de Judite, Tobias, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, 1º Macabeus e 2º Macabeus, os capítulos 13 e 14 e os versículos 24 a 90 do capítulo 3 de Daniel, os capítulos 11 a 16 de Ester (todos existentes em língua grega) deveriam ser tratados como canônicos, ao passo que os textos conhecidos como oração de Manassés e os livros de 3 e 4 Esdras não mais o seriam. A Igreja Católica Ortodoxa acabou por decidir pela inclusão de Tobias, Judite, Sirácida e Sabedoria.

Em outras tradições cristãs existe mais material adicional, como por exemplo na Bíblia Etíope e na Bíblia Copta. A tradição reformada optou por seguir o cânone estabelecido pela tradição judaica, porém mantendo a diferente ordem dos livros.

Temática do Antigo Testamento

O Antigo Testamento trata basicamente das relações entre Deus e o povo Israelita. Existem vários nexos temáticos entre os livros de acordo com suas divisões (seja a cristã ou a hebraica). Única entre essas tradições é a primeira divisão, a Torá ou Pentateuco, que trata da histórica sagrada do povo de Israel, a partir da criação do mundo até a ocupação da Terra, passando pela legislação litúrgica e religiosa. Tradicionalmente, a Torá ou Lei é atribuída a Moisés e, depois de sua morte, terminada por Josué; porém, muitos autores defendem que a formação da Torá foi um processo longo passando por diversos grupos de autores até sua adoção uniforme pós-exílica.

Transmissão do texto

Quanto ao texto transmitido, não chegaram até nós nenhum rolo original de qualquer material bíblico. Atualmente os documentos mais antigos que ainda existem são oriundos do século II A.C, tais como o chamado Papiro Nash, encontrado em 1902, no Egito, que contém o decálogo e o texto da confissão de fé hebraica Shma Israel (Dt. 6:4), e os manuscritos do Mar Morto encontrados em Quumrã que incluem diversos fragmentos de textos de praticamente todos os livros da Bíblia Hebraica com a exceção de Ester.

A partir de 100 d.C. a tradição fariseu-rabínica passou a dominar no judaísmo e desenvolveu-se um método de auxílio na transmissão do texto, inclusive a correta vocalização. Os estudiosos que trabalharam para manter a tradição do texto, especialmente com o declínio do hebraico como língua falada são chamados de massoretas. Terminaram por elaborar um texto que passou a ganhar

autoridade oficial entre os séculos VII e X, chamado de texto masorético. Oriundos dessa tradição existem dois manuscritos importantes que baseiam as edições críticas do texto atual: O codex Leningradensis e o Codex de Aleppo.

A subdivisão do texto em capítulos e versículos não vem do texto original . A primeira divisão existente foi a divisão do texto da Torá (Pentateuco) em 54 parashot que são leituras semanais para o ano litúrgico judaico. A divisão por capítulos foi introduzida pelos cristãos com o objetivo prático de auxiliar a referência a textos. Uma das atuais divisões em capítulos foi realizada por Stephan Langton por volta de 1200 d.C. e foi adotada primeiramente num manuscrito hebraico no Séc. XIV. A divisão em versículos foi resultado de um processo que só chegou ao final no séc. XVI. Por isso a tradição reformada, que rompeu com a tradição católica romana antes desse período, possui diferenças na contagem de capítulos e versículos.

Livros

Pentateuco

Gênesis (Gen, Gn) I Macabeus (I Mac, I M) * Daniel (Dan, Dn)

Êxodo (Ex) II Macabeus (II Mac, II M) *

Levítico (Lev, Lv) **Livros Sapienciais** Oséias (Os)

Números (Num, Nm) Jó (Jó) Joel (Joel, Jl)

Deuteronômio (Deut, Dt) Salmos (Sal, Sl) Amós (Am)

Livros históricos Provérbios (Prov, Pr)

Josué (Jos) Eclesiastes (Ecl, Eccl) Obadias (Abd, Ab)

Juízes (Juí, Jz) Cântico dos Cânticos (Cant, Ct)

Rute (Rut) Sabedoria (Sab) * Jonas (Jon, Jn)

I Samuel (I Sam) Eclesiástico (Ecli, Eclo) * Miquéias (Miq, Mi)

II Samuel (II Sam) Naum (Na)

I Reis (I Re) **Livros Proféticos** Habacuque (Hab, Ha)

II Reis (II Re) Isaías (Is) Sofonias (Sof, So)

I Crônicas (I Cron) Jeremias (Jer, Jr) Ageu (Ag)

II Crônicas (II Cron) Lamentações (Lam) Zacarias (Zac, Za)

Esdras (Esd) Baruc (Bar, Ba) * Malaquias (Mal, Ml)

Neemias (Ne) Judite (Jdt) *

Tobias (Tob, Tb) * Ezequiel (Ez)

Ester (Est)

* são deuterocanônicos

Novo Testamento

O Novo Testamento, também conhecido por Escrituras gregas, é o nome dado à parte da Bíblia que foi escrita após o nascimento de Jesus. O termo é uma tradução do Latim, *Novum Testamentum*, que em grego escreve-se Η Καινή Διαθήκη, *Hê Kainê Diathêkê*, significando "A Nova Aliança" ou *Testamento*. Foi originalmente usado pelos primeiros cristãos para descrever suas relações com Deus (veja II Coríntios 3:6-15; Hebreus 9:15-20) e posteriormente para designar uma coleção específica de 27 livros.

Livros do Novo Testamento

Os 27 livros do Novo Testamento foram escritos por vários autores em várias épocas e lugares. Ao contrário do Velho Testamento, o Novo foi escrito em um curto espaço de tempo, durante um século ou um pouco mais. A seguir, uma lista dos livros do Novo Testamento, seguidos pelos autores que a tradição, baseada no testemunho dos pais apostólicos, costuma atribuir.

Evangelhos

Mateus (Mat, Mt)

Marcos (Mar, Mc)

Lucas (Luc, Lc)

João (Jo)

Livro Histórico

Atos (At)

Epístolas Paulinas

Romanos (Rom, Rm)

I Coríntios (I Cor, I Co)

II Coríntios (II Cor, II Co)

Gálatas (Gal, Ga)

Efésios (Ef)

Filipenses (Filip, Flp)

Colossenses (Col)

I Tessalonicenses (I Tess, I Tes)

II Tessalonicenses (II Tess, II Tes)

I Timóteo (I Tim, I Tm)

II Timóteo (II Tim, II Tm)

Tito (Tit, Tt)

Filémon (Filem, Flm)

Hebreus (Heb, Hb)

Epístolas católicas

Tiago (Tg, Tia)

I Pedro (I Pe, I P)

II Pedro (II Pe, II P)

I João (I Jo)

II João (II Jo)

III João (III Jo)

Evangelhos

A palavra evangelho significa "Boa Nova", e refere-se ao nascimento do Messias prometido. Os evangelhos focam a vida, morte, e ressurreição de Jesus, bem como os seus ensinamentos. A origem dos evangelhos é objeto de controvérsia. Os seus autores procuraram fixar por escrito aquilo que até então circulava de boca em boca. Há opiniões divergentes.

- Evangelho de Mateus -- Mateus, cobrador de impostos e apóstolo. Há quem afirme que foi o segundo dos evangelhos. Mateus terá conhecido o texto de Marcos.
- Evangelho de Marcos -- Marcos, seguidor de Pedro e também de Paulo. Terá sido provavelmente o primeiro dos evangelhos. Há quem o afirme, apesar de seguir o evangelho de Mateus.
- Evangelho de Lucas -- Lucas, seguidor de Paulo. O terceiro evangelho. Lucas também conhece o texto de Marcos.
- Evangelho de João -- João, pescador e apóstolo. O 4º evangelho.

História

A história dos primeiros crístãos após a morte de Cristo é relatada no livro de Atos, de autoria atribuída a Lucas.

Epístolas

Este grupo contém várias epístolas (cartas) escritas tanto para indivíduos quanto para as primeiras comunidades cristãs. A maioria dessas epístolas expõe pontos teológicos importantes para o desenvolvimento da doutrina cristã.

Epístolas Paulinas

As Cartas Paulinas (ou *Corpus Paulinum*) são as epístolas que tradicionalmente se atribuem a Paulo (para raciocínios mais modernos, veja a seguir sobre a Autoria). Seus nomes assentam nos grupos cristãos ou pessoas a quem elas são dirigidas.

- Romanos - Paulo
- I Coríntios - Paulo
- II Coríntios - Paulo
- Gálatas - Paulo
- Efésios - Paulo
- Filipenses - Paulo
- Colossenses - Paulo
- I Tessalonicenses - Paulo
- II Tessalonicenses - Paulo
- I Timóteo - Paulo
- II Timóteo - Paulo
- Tito - Paulo
- Filémon - Paulo
- Hebreus - anônima, tradicionalmente atribuída a Paulo.

Outras Epístolas

As *outras epístolas* ou *epístolas universais* são dirigidas às comunidades cristãs como um todo. Foram nomeadas de acordo com os seus autores. No período medieval, elas não figuravam juntamente com as epístolas paulinas, mas junto com Atos, formando assim o *Praxapostolos*.

- Tiago - Tiago, o "irmão do Senhor"
- I Pedro - Pedro
- II Pedro - Pedro (alguns estudiosos atualmente acreditam que tenha tido um outro autor)

- I João - João (as epístolas joaninas são ocasionalmente atribuídas a membros da sua comunidade de discípulos, embora esta primeira carta se assemelhe bastante ao estilo e vocabulário do evangelho atribuído a João)
- II João - João
- III João - João
- Judas - Judas, irmão de Tiago.

Profecia

- Apocalipse - Tradicionalmente identificado com João.

Idioma

A língua popularmente falada na Palestina, na época de Jesus, era o Aramaico. No entanto, o texto original do Novo Testamento provavelmente foi escrito no Grego Koine, o dialeto típico nas províncias romanas do primeiro século, sendo posteriormente traduzido para diversas outras línguas, especialmente para o Latim, Siríaco, e Copta.

Entretanto, muitos dos pais da igreja alegam que Mateus foi originalmente escrito em Hebraico, enquanto outros afirmam que Paulo escreveu a Epístola aos Hebreus em hebraico, sendo traduzida para o grego por Lucas. Nenhuma dessas possibilidades é hoje sustentada pelos estudiosos modernos, que argumentam que a qualidade literária de Mateus e Hebreus sugerem que foram compostas diretamente em Grego, ao invés de terem sido traduzidos.

Devemos notar que muitos livros do Novo Testamento, especialmente os evangelhos de Marcos e João, foram escritos em um grego relativamente "pobre". Eles estão distantes do refinado grego clássico encontrado nas composições feitas pela classe alta, elite governamental, e filósofos conceituados da época.

Uma minoria de estudiosos considera que a versão aramaica do Novo Testamento seria a original e acredita que o grego é apenas uma tradução. Este ponto de vista é conhecido como Primazia Aramaica.

Autoria

Os autores dos livros do Novo Testamento da Bíblia teriam sido os apóstolos João, Mateus, Judas Tadeu, Tiago, Pedro e Paulo, além dos discípulos João Marcos e Lucas, não sendo descartável a hipótese de haver autores desconhecidos pois até hoje se discute se Paulo teria escrito a epístola aos hebreus.

Data da composição

Embora não se tenham nenhum dos documentos originais, mas tão somente manuscritos dos séculos posteriores, acredita-se que os livros do Novo Testamento teriam sido escritos no século I da era comum, todos bem depois dos acontecimentos relativos à morte de Jesus.

Apesar do Evangelho de Mateus figurar como o primeiro livro do Novo Testamento bíblico, sabe-se que este não foi o primeiro a ser escrito, nem entre os evangelhos e quanto às demais obras. Isto porque o Evangelho mais antigo teria sido o de Marcos, escrito entre os anos 55 e 65 da era comum e pode ter servido de fonte para Lucas e Mateus ampliarem as informações sobre a vida de Jesus na terra, embora contenha 31 versículos a mais relativos a outros milagres não relatados pelos demais evangelistas.

Todavia, supõe-se que os livros mais antigos teriam sido as epístolas de Tiago e de Paulo aos gálatas, cuja época teria sido, aproximadamente, em torno do ano 49 da era comum, antes do Concílio de Jerusalém.

Já os últimos livros a serem escritos têm a sua autoria atribuída ao apóstolo João e seriam o seu Evangelho, as três epístolas e o Apocalipse. Este, por volta do ano 95 da era comum, em Patmos, no período da perseguição do imperador Domiciano.

Importante observar que o período que pode ter sido o de maior produção dos escritos do Novo Testamento corresponderia à década de 60 do século I, talvez como uma iniciativa de preservar as informações sobre as origens do cristianismo na época das perseguições de Nero, quando a maioria dos apóstolos foram martirizados, entre os quais Pedro e Paulo.

Por outro lado, as epístolas de Paulo foram muito utilizadas pelo apóstolo para fins de comunicação com as comunidades cristãs e com os pregadores durante os tempos de suas viagens missionárias e na época de Nero. Algumas cartas, como a epístola aos gálatas teriam sido bem antes da primeira perseguição aos cristãos do Império Romano. Outras teriam sido após os últimos relatos que constam no livro de Atos.

A canonização do Novo Testamento

A forma como conhecemos foi estabelecida no século IV, por Atanásio de Alexandria. Nas épocas pós-apostólicas, os escritos procedentes dos apóstolos e tidos como tais, foram gradualmente colecionados em um segundo volume do cânon, até se completar o que se chama o Novo Testamento.

A coleção completa se deu lentamente, por varias razões. Alguns dos livros só eram conhecidos como apostólicos em algumas Igrejas. Somente quando esses livros entraram no conhecimento do corpo cristão em todo o Império Romano, é que eles foram aceitos como de autoridade apostólica. O processo adotado foi lento, por causa ainda do aparecimento de vários livros heréticos e escritos espúrios, com pretensões de autoridade apostólica.

Critérios de Canonicidade

I. Apostolicidade - Um livro seria aceito se tivesse sido escrito por um apóstolo, ou por alguém do círculo apostólico. Se observarmos os escritores do Novo Testamento, poderemos notar essa condição. Mateus, João, Pedro e Paulo foram apóstolos; Tiago e Judas eram primos de Jesus; Marcos era associado na redação de seu Evangelho com Pedro; Lucas era associado de Paulo no trabalho missionário. O autor de Hebreus, se não for Paulo, é alguém que se situava no círculo apostólico (Hebreus 2:3-4). Assim, todo o Novo Testamento está ligado aos apóstolos de Jesus, que tinham sido especialmente designados por ele como porta-vozes autorizados. A antiguidade do livro, assim como a presença de doutrina apostólica aceita como padrão também contaria. É por este critério que Hebreus, Judas, Apocalipse e outros tiveram dificuldades para serem reconhecidos, pois sua autoria apostólica não era clara. Por outro lado, a atribuição do Didaquê, da Epístola de Clemente e do Pastor de Hermas, a personagens neo-testamentários (apóstolos, Filipenses 4:3 e Romanos 16:4) levou alguns a pensarem que os livros tinham caráter inspirados o suficiente para fazerem parte da Bíblia. A igreja antiga procurava distinguir livros autoritativos, dos livros úteis, como a Epístola de Barnabé.

II. Receptividade - A igreja receptora deveria ser a testemunha do uso contínuo do documento e de sua origem apostólica. Este critério que decorre do anterior, atrapalhou muito as chamadas "Epístolas Gerais" por não serem dirigidas a uma só igreja e, portanto, carecerem de apoio específico no testemunho de sua origem apostólica. O fato de um livro estar sendo lido em público na igreja seria um fator muito importante para sua aceitação (1 Tessalonicenses 5:27; 2 Tessalonicenses 3:14-15; Colossenses 4:16; Apocalipse 1:3; 3 João 9).

III. Catolicidade do livro - Escrito para todas as pessoas da época. Deveria também ser conhecido universalmente, isto é, ter sido aceito por todas as igrejas.

IV. Consistência doutrinaria - Seguia os parâmetros como o usado pelos judeus na formação do Antigo Testamento, os textos contidos no cânon deveriam seguir o ensino de Jesus e dos apóstolos,

que era determinado pela ortodoxia – tradição vigente na Igreja. Critério esse que retirou vários livros considerados não tão colaboradores com as doutrinas e rejeitaria (como rejeitou) facilmente as obras consideradas heréticas, devido ao claro conteúdo de quebra com a tradição, transformando elas em apócrifas. O que faz pensar que também idéias que quebrassem os interesses políticos-religiosos da Igreja seriam rejeitados.

V. Inspiração – Os livros que se submetiam ao julgamento era julgados pelos seus próprios conteúdos, após sua leitura. Segundo Kümmel os livros apócrifos estavam mais influenciados por ideais helenísticos.

Livros deuterocanônicos

Deuterocanônico (ou **Deuterocanônico**, em Portugal) refere-se geralmente a alguns livros e partes de livros bíblicos do Antigo Testamento que são utilizados por um grande número de cristãos ao longo da História do Cristianismo, sendo considerados apócrifos no Judaísmo e por sucessores da reforma iniciado por Lutero e/ou Calvino.

O termo "deuterocanônico" é formado pela raiz grega deuteró (segundo) e canônico (que faz parte do Cânon, isto é do conjunto de livros considerados inspirados e normativos por uma religião ou igreja). Assim, o termo é aplicado a livros e partes de livros bíblicos que só num segundo tempo foram considerados como canônicos.

O adjetivo "deuterocanônico" é originalmente aplicado a estes textos pelos cristãos, por considerarem ao longo da História do Cristianismo como inspirados e fazendo parte integrante da Bíblia. Sendo também a terminologia teológica correta aplicada a esse conjunto de livros. Muitos evangélicos, têm denominado esse livros como apócrifos; por alegarem que neles existam erros *geográficos* e que *não haja concretização de fatos narrados nesses livros*, chegando a abdicarem da utilização dos mesmos nas suas listas, não os considerando divinamente inspirados.

O fato de não os considerarem inspirados por alguns, não caracteriza o descarte ou na desvalorização desses livros. Esses livros são considerados patrimônios históricos da fé, pois refletem e fizeram parte das crenças cristãs ao longo da História, sendo portanto de grande valor literário e religioso. Martinho Lutero reconhecendo a importância dos mesmos para a formação cristã incluiu na sua tradução da Bíblia para o alemão estes livros em apêndice.

Além da Igreja Católica Apostólica Romana, outras igrejas utilizam-se dos livros Deuterocanônicos em suas Bíblias, como exemplo temos:

- A Igreja Anglicana
- Igrejas Ortodoxas: Copta, Siríacas (ou Siriana), Grega e Russa;
- A Igreja Maronita.

Lista dos livros deuterocanônicos

São deuterocanônicos os seguintes livros bíblicos:

- Tobias
- Judite
- I Macabeus e II Macabeus
- Sabedoria
- Eclesiástico (também chamado *Sirácide* ou *Ben Sirá*)
- Baruc

Fora os livros deuterocanônicos podemos também encontrar fragmentos deuterocanônicos dentro de livros canônicos como:

- adições em Ester
- adições em Daniel - nomeadamente os episódios da *Casta Susana* e de *Bel e o dragão*

Origem dos deuterocanônicos

Os livros deuterocanônicos foram escritos entre Malaquias e Mateus, ou seja, numa época em que segundo o historiador judeu Flávio Josefo, cessara por completo a revelação divina. Entretanto segundo os Evangelhos a revelação do AT durou até João Batista (cf. Mt 11,12 Lc 16,16).

Os textos deuterocanônicos, atrás referidos, chegaram até nós apenas em grego (alguns escritos originalmente nessa língua, outros traduzidos numa versão hebraica, que se perdeu), fazendo parte da chamada Bíblia dos Setenta, ou Septuaginta, a tradução da Bíblia em grego, feita por volta do séc. III a.C, para uso dos judeus da Diáspora, e adaptada pelos cristãos desde o início como seu texto bíblico de referência. Tais textos não se encontram, pois, na Bíblia Hebraica ou Tanakh.

Num famoso encontro de rabinos judeus, o chamado Concílio de Jâmnia, realizado nos finais do séc. I d.C, destinado a procurar um rumo para o judaísmo, após a destruição do Templo de Jerusalém, no ano 70 d.C, os participantes decidiram considerar como textos canônicos do judaísmo apenas os que existiam em língua hebraica e que remontassem ao tempo do profeta Esdras.

Apesar da crítica moderna afirmar que vários livros que constam no Cânon Hebraico são posteriores ao tempo de Esdras (como é o caso do Livro de Daniel), os estudiosos explicam que os Fariseus não dispunham do método científico que existe hoje para se datar uma obra, ou mesmo para se atribuir a ela um autor. De qualquer forma, os critérios por eles adotados excluíram os livros deuterocanônicos do Cânon Hebraico (ou Judaico).

Os deuterocanônicos e a Igreja Primitiva

Estes livros eram já conhecidos pelos cristãos, que os citavam e utilizavam. Os estudiosos encontraram citações destes livros nas obras de Ireneu, Justino, Agostinho, Jerônimo, Basílio Magno, Ambrósio e muitos outros. Assim, continuaram a ser considerados como inspirados por muitos deles. O assunto, contudo, não era pacífico, e houve bastante desacordo sobre o tema.

Muitos dos Pais da Igreja reconheceram o caráter canônico destes livros. Foi o caso de Ireneu, Justino, Agostinho, Cirilo, Cipriano e outros. Por sua vez eram considerados somente eclesiásticos por outros, isto é, não canônicos porém não contrários à Fé. Foi o caso de Melitão, Rufino, Atanásio e outros.

Jerônimo inicialmente negou a canonicidade dos deuterocanônicos. Porém, os estudiosos encontraram uma mudança posterior de sua opinião em suas cartas escritas a Rufino e a Paulino, Bispo de Nola.

Embora existisse discordância nas opiniões dos Pais da Igreja, esta discordância parece ter sido resolvida depois, ou então não influenciou o parecer comum da Igreja Antiga.

Nenhum Concílio da Igreja Primitiva recusou a canonicidade destes livros, ao contrário. Foram declarados canônicos nos Concílios regionais de Roma (382 d.C, dando origem ao Cânon Damaseno), Hipona I (cânon 36, 393 d.C), Cartago III (cânon 47, 397 d.C), IV (cânon 24, 417 d.C), Trullo (cânon 2, 692).

Um documento conhecido como Decreto Gelasiano (496 d.C) também confirma a canonicidade dos deuterocanônicos.

A aceitação comum dos deuterocanônicos como livros sagrados pode-se ainda atestar nas primeiras versões Bíblicas, como a Vetus Latina e a Vulgata. No Oriente, a Septuaginta foi adotada como a versão oficial do Antigo Testamento.

Os deuterocanônicos e a Igreja da Idade Média

No início do séc. XV, um grupo dissidente da Igreja Copta (também chamados de Monofisistas), conhecidos como Jacobitas questionaram o Cânon Alexandrino entre outras coisas. Em 1441, O Concílio Ecumênico de Florença, através da Bula *Cantate Domino* (4/2/1442) reafirma o caráter canônico do Cânon Alexandrino.

Com a Reforma Protestante, Lutero volta a questionar o caráter canônico dos Deuterocanônicos negando inclusive seu caráter eclesiástico, pois para ele estes livros eram contrários à Fé. Em 1545, é convocado o Concílio de Trento, que novamente afirma o caráter canônico do Cânon Alexandrino.

No início não houve consenso entre os Protestante sobre o Cânon do AT. O Rei Jaime I da Inglaterra, responsável pela famosa tradução KJV (King James Version), defendia que os Deuterocanônicos deveriam continuar constando nas Bíblias Protestantes. Praticamente na mesma época surgiu uma tradução conhecida como Bíblia de Genebra ou Genebra, que caracterizava os Deuterocanônicos como apócrifos.

Somente após a "Confissão de fé de Westminster" (séc. XVII), protestantes ingleses que eram influenciados pelo calvinismo e puritanismo removeram das suas listas os livros deuterocanônicos, passando a adotar como lista de composição do AT o Cânon Hebraico conforme instituído no Concílio de Jâmnia. Princípios desta confissão foram espalhando-se por várias denominações e seu conteúdo funcionou como resposta ao concílio de Trento.

Deuterocanônicos do NT

É importante dizer que também no NT existem livros deuterocanônicos. São eles Tiago, Hebreus, Apocalipse, 2 Pedro e 2 e 3 João. Assim como os livros deuterocanônicos do AT, estes também tiveram sua canonicidade contestada por muitos séculos.

Lutero chegou até mesmo não considerar canônicos Hebreus, Tiago, Judas e Apocalipse, que na sua tradução da Bíblia para o Alemão deixou-os num apêndice sem numeração de páginas. Depois os demais reformadores decidiram que estes livros deveriam voltar à Bíblia, pela larga utilização nas comunidades cristãs, mas não fizeram o mesmo com os deuterocanônicos do AT.

Deuterocanônicos nas primeiras bíblias cristãs

Como a história já registra, os deuterocanônicos já faziam parte da vida dos judeus através da tradução grega chamada Septuaginta ou Tradução dos Setenta (LXX).

Na vida da Igreja Nascente não foi diferente. A primeira tradução da Bíblia para o Latim, conhecida como Vetus Latina já continha os deuterocanônicos do AT.

A Vulgata, tradução empreendida por São Jerônimo no séc. IV também continha os deuterocanônicos do AT.

A primeira Bíblia impressa da história, conhecida como a Bíblia de Gutenberg (ver Projeto Gutenberg) também já continha os livros deuterocanônicos do AT.

Até mesmo as primeiras versões protestantes como a KJV (King James Version) continham os deuterocanônicos do AT. Um exemplo é a versão original da KJV de 1611.

Tobias

Tobias é um nome próprio, geralmente do sexo masculino, com origem na língua hebraica com significado Deus é bom. Na Bíblia possui um livro de nomeação Tobias, conta a "história" que foi escrita 200 anos a.c., Tobias era filho de Tobit, homem temente a Deus sobre todas as coisas, seguindo o exemplo de seu pai Tobias também se tornou um homem que apreciava a beleza de Deus "O CRIADOR", casou-se com Sara e após o casamento ficaram 3 dias em oração antes de consumarem o seu casamento.

Livro de Judite

Judite é um dos livros deuterocanônicos do antigo testamento da Bíblia. Possui 16 capítulos.

I Macabeus

I Macabeus é um dos livros deuterocanônicos do antigo testamento da Bíblia. Possui 16 capítulos.

Os dois livros dos Macabeus são assim denominados por causa do apelido do mais ilustre filho de Matatias, Judas, chamado o Macabeu ("Martelo").

Tais livros não constam na Bíblia Hebraica e são considerados apócrifos pelos judeus e pelas Igrejas protestantes. Na Igreja Católica, porém, foram incluídos nas listas dos sete livros deuterocanônicos.

Ambos os livros foram transmitidos em grego, mas o Primeiro Livro dos Macabeus teria sido, provavelmente, traduzido de um original hebraico, que se perdeu.

O tema geral dos dois livros é o mesmo: descrevem as lutas dos judeus, liderados por Matatias e seus filhos, contra os reis sírios (selêucidas) e seus aliados judeus, pela libertação religiosa e política da nação, opondo-se aos valores do helenismo.

O Primeiro Livro dos Macabeus ocupa-se de um período mais amplo da guerra de libertação do que o Segundo Livro dos Macabeus. Começa com a perseguição de Antíoco Epífanês (175 a.C.) e vai até a morte de Simão (134 a.C.), o último dos filhos de Matatias.

Depois de uma breve introdução sobre os governos de Alexandre Magno e seus sucessores (1,1-9), o autor passa a mostrar como Antíoco Epífanês tenta introduzir à força os costumes gregos na Judéia (1,10-63). Descreve a revolta de Matatias (2,1-70), cuja bandeira da libertação passa primeiro a Judas Macabeu (3,1-9,22), depois a seu irmão Jônatas (9,23-12,53) e por fim a Simão (13,1-16,24).

Graças a estes três líderes, a liberdade religiosa é recuperada, o país torna-se independente por um breve período e o povo torna a gozar de paz e tranquilidade.

Embora não faça parte da Bíblia Hebraica, os dois livros são muito estimados dentro do judaísmo e de grande valor para a história dos israelitas, além de serem utilizados como fontes de consulta pelos teólogos protestantes, sendo considerado uma prova do cumprimento das profecias do livro de Daniel.

II Macabeus

II Macabeus é um dos livros deuterocanônicos do antigo testamento da Bíblia. Possui 15 capítulos.

O Segundo livro dos Macabeus não é a continuação do primeiro.

É em parte paralelo a ele, iniciando a narração dos acontecimentos um pouco antes, no fim do reinado de Seleuco IV, predecessor de Antíoco Epífanês, mas acompanhando-os apenas até a derrota de

Nicanor, antes da morte de Judas Macabeu. Isto não representa mais do que quinze anos e corresponde somente ao conteúdo dos capítulos I e VII do primeiro livro.

- **Estilo**

O gênero literário é diferente e o livro foi escrito originalmente em grego, apresentando-se como suplemento da obra de Jasão de Cirene (II Mc II, 23) e se inicia com duas cartas dos judeus de Jerusalém (II Mc I, 2-18). O estilo é de escritor helenístico e de historiador medíocre, embora seus conhecimentos das instituições gregas e das personagens da época sejam superiores ao do autor de I Mc.

O autor escreveu para os judeus de Alexandria e seu desígnio é despertar o sentimento de comunhão deles com os irmãos da Palestina e o interesse pela sorte do Templo.

As duas cartas no começo do livro são convites dirigidos pelos judeus de Jerusalém a seus irmãos do Egito para celebrar com eles a festa da purificação do Templo, a Dedicação.

O valor histórico do livro não deve ser subestimado. É verdade que o compendiador incorporou as narrativas apócrifas contidas nas cartas I, 1-2 e II, 1-18 e reproduziu as histórias fantasiosas de Heliodoro, do martírio de Eleazar e do martírio dos sete irmãos que encontrou em Jasão, mas a concordância geral com I Mc assegura a historicidade dos fatos relatados por duas fontes independentes.

- **Importância**

O livro é importante pelas afirmações que contém sobre a ressurreição dos mortos, as sanções de além-túmulo, a prece pelos defuntos (II Mc XII, 45), (embora o texto como temos hoje seja uma harmonização, pois no manuscrito mais antigo em latim a Vetus Latina lê-se: "porque ele esperava que os que haviam tombado ressuscitariam (é supérfluo e vão orar pelos mortos), considerando que uma belíssima recompensa está reservada para os que adormeceram na piedade (santo e salutar pensamento)", o mérito dos mártires e a intercessão dos santos. Estes ensinamentos, referentes a pontos que os outros escritos do Antigo Testamento deixavam incertos, confere a sua aceitação pela Igreja.

Livro da Sabedoria

O Livro da Sabedoria é um dos livros deuterocanônicos da Bíblia. Possui 19 capítulos. É normalmente atribuído a Salomão, porém estudos indicam que foi escrito por um judeu de Alexandria.

O livro da sabedoria fala da sabedoria divina e da relação homem-sabedoria, da exaltação da sabedoria e da forma de recebê-la através de Deus.

Esse livro não consta na Bíblia hebraica, nem nas versões da Bíblia comumente usada pelos protestantes.

Eclesiástico

Eclesiástico é um dos livros deuterocanônicos da Bíblia, de composição atribuída a Jesus filho de Sirach. O livro, formado por reflexões pessoais do autor, é comumente lido em templos cristãos. O livro foi originalmente escrito em hebreu e, posteriormente, traduzido para o grego por um neto de Jesus filho de Sirach.

O Eclesiástico é tido como sagrado pela maioria dos grupos cristãos, como o Católico Romano e a Igreja Ortodoxa Etíope. O Eclesiástico é reconhecido no Judaísmo pelo seu valor histórico; porém, não

é parte do Tanakh, o compêndio de livros sagrados da religião. Por esta razão, grupos protestantes não o incluem em seu cânone.

Baruc

Baruc ou Baruque é um dos livros deuterocanônicos do Antigo Testamento da Bíblia. É atribuído a Baruc, um homem erudito e de família nobre, que foi secretário de Jeremias durante o exílio do povo israelita na Babilônia. Foi enviado a eles para ser lido em suas assembléias litúrgicas. Possui seis capítulos. Os cinco primeiros são de sua autoria, enquanto o sexto é atribuído a Jeremias. Tem por objetivo mostrar como era a vida religiosa daquele povo, seus cultos. Também chamado de livro apócrifo, não se encontra nas bíblias evangélicas ou protestantes.

Cânone do Antigo Testamento

Antes mesmo de Deus ter ordenado a Moisés que escrevesse, pela primeira vez, um memorial a respeito da vitória de seu povo sobre os amalequitas, a Palavra de Deus já circulava entre os homens sob o método da transmissão oral: "Escuta-me, mostrar-te-ei; e o que tenho visto te contarei; o que os sábios anunciaram, ouvindo-o de seus pais, e o não ocultaram ...". (Jó 15:17,18)

Os Evangelhos registraram várias citações de Jesus do Antigo Testamento, comentando sobre o Cântico dos Cânticos, Números, Juízes, Ester e os deuterocanônicos, reconhecendo-o como a Palavra de Deus (Mateus 19:4; 22:29).

Para se conferir a confiança que os escritores do Novo Testamento tinham do Antigo, basta conferir as centenas de citações da Lei, dos profetas e outros escritos.

Acredita-se que começando por Moisés, à proporção que os livros iam sendo escritos, eram postos no Tabernáculo, junto ao grupo de livros sagrados. Especula-se que tivesse sido Esdras quem reuniu os diversos livros e os catalogou, desse modo estabelecendo a coleção de livros inspirados por Deus. Desses originais, os copistas ou escribas fizeram cópias para uso das sinagogas largamente disseminadas. Porém a crítica não aceita esta tese pelo fato de livros comprovadamente posteriores ao tempo do profeta figurarem na Bíblia Hebraica, como é o caso do Livro de Daniel. Segundo especialistas, isso explicaria porque o Livro de Daniel não figura entre os escritos proféticos, mas nos hagiógrafos.

O prólogo da versão grega do Eclesiástico, datado em 130 a.C parece já confirmar a suspeita dos estudiosos modernos. Com efeito nele lemos: *"Pela Lei, pelos Profetas e por outros escritores que os sucederam, recebemos inúmeros ensinamentos importantes (...) Foi assim que após entregar-se particularmente ao estudo atento da Lei, dos Profetas e dos outros Escritos, transmitidos por nossos antepassados [...]"*.

Nota-se que o cânon indicado neste escrito considera canônicos livros posteriores ao tempo dos profetas.

As descobertas do Mar Morto e Massada mostram que entre os antigos judeus ainda não havia um cânon bíblico fixo ou instituído.

O Cânone Hebraico de 39 livros, só foi realmente fixado no Concílio de Jâmnia em 90. Mesmo assim estudiosos como Leonard Rost garantem que tais decisões demoraram muito para serem aceitas e até hoje não tiveram aceitação em algumas comunidades judaicas; como o caso dos judeus do Egito.

O Concílio de Jâmnia rejeitou todos os livros e demais escritos e considerando-os como apócrifos, ou seja, não tendo evidências de inspiração por Deus e fonte de fé. Houve muitos debates acerca da aprovação de certos livros, como Ester e Cântico dos Cânticos, conforme registro da Mishiná.

A tese de que o trabalho desse Concílio foi apenas ratificar aquilo que já era aceito por todos os judeus através dos séculos, carece de fundamento científico e é rejeitada unanimemente pelos especialistas.

Até os primeiros quatro séculos, na Igreja Primitiva não havia um parecer oficial sobre o Cânon do AT. As opiniões era muito diversas. Pais da Igreja como Melitão, Cipriano e Rufino postulavam pelo Cânon Hebraico (com 39 livros, excluindo os deuterocanônicos). Já Ireneu, Justino e Agostinho defendiam o Cânon Alexandrino (com 46 livros, incluindo os Deuterocanônicos). Jerônimo começou negando a canonicidade dos Deuterocanônicos, embora os tenha incluindo em sua Vulgata. Escritos seus posteriores mostram que esta sua posição inicial foi revista, é o que se verifica em sua Carta a Rufino e outra a Paulino, Bispo de Nola.

No final do séc. IV, Concílios Regionais foram se posicionando a favor do Cânon Alexandrino. É o caso Concílios de Roma (382 d.C, dando origem ao Cânon Damaseno), Hipona I (cânon 36, 393 d.C), Cartago III (cânon 47, 397 d.C), IV (cânon 24, 417 d.C) e Trullo (cânon 2, 692). Um documento conhecido como Decreto Gelasiano (496 d.C) também opta pelo Cânon Alexandrino.

As Igreja Orientais também fizeram sua opção pelo Cânon Alexandrino, adotando a Septuaginta como a versão oficial do AT.

Desta forma, depois do séc. IV, o Cânon Alexandrino havia ganho aceitação ampla em toda Igreja. No Ocidente com as versões da Vetus Latina e a Vulgata. No Oriente com a Septuaginta.

Novas controvérsias sobre o Cânon do AT

No início do séc. XV, um grupo dissidente da Igreja Copta (também chamados de Monofisistas), conhecidos como Jacobitas questionaram o Cânon Alexandrino entre outras coisas. Em 1441, O Concílio Ecumênico de Florença, através da Bula *Cantate Domino* (4/2/1442) reafirma o caráter canônico do Cânon Alexandrino.

Com a Reforma Protestante, Lutero volta a questionar o caráter canônico dos Deuterocanônicos negando inclusive seu caráter eclesiástico, pois para ele estes livros eram contrários à Fé. Em 1545, é convocado o Concílio de Trento, que novamente afirma o caráter canônico do Cânon Alexandrino.

No início não houve consenso entre os Protestante sobre o Cânon do AT. O Rei Tiago da Inglaterra, responsável pela famosa tradução KJV (King James Version), defendia que os Deuterocanônicos deveriam continuar constando nas Bíblias Protestantes. Praticamente na mesma época surgiu uma tradução conhecida como Bíblia de Genebra ou Genebra, que caracterizava os Deuterocanônicos como apócrifos.

Somente após a morte do Rei Tiago e no séc. XVII que os protestantes resolveram afinal adotar para o AT, o Cânon Hebraico conforme instituído no Concílio de Jâmnia. Logo depois a Igreja Ortodoxa Russa resolve deixar como facultativa a aceitação ou não do Cânon Alexandrino.

Cânone do Novo Testamento

Segundo a Fé Cristã, Jesus foi o redentor de quem o Antigo Testamento deu testemunho. Neste contexto, suas palavras não podiam ter menos autoridade do que a Lei e os Profetas. Convencidos disto, os cristãos as repetiam sempre. Em momentos oportunos os Apóstolos e os Evangelistas colocaram parte dela na forma escrita, o que se tornou o núcleo do cânone definido pela Igreja nos primeiros séculos.

Segundo o historiador da Igreja Primitiva, o Bispo Eusébio de Cesaréia (séc. IV), os apóstolos e os evangelistas nunca tiveram em mente deixar qualquer coisa por escrito (note que a grande maioria dos

apóstolos nada escreveram), quando o fizeram foram forçados por situações especiais, como a impossibilidade de se encontrar com alguma comunidade, por exemplo (ver História Eclesiástica, III, 24,3-7).

Como no Antigo Testamento, homens inspirados por Deus escreveram aos poucos os livros que compõem o Cânone do Novo Testamento. No ano 100, todos os 27 livros canônicos do Novo Testamento estavam escritos, porém não havia ainda uma lista autorizada de livros para o NT. Assim como o cânon do AT, o cânon do NT levou muitos séculos para ser fixado.

Em nenhum escrito do NT consta uma lista autorizada dos livros que devem ser considerados sagrados. Somente em 2Pd 3,15-16, o Apóstolo Pedro confessa que os escritos do Apóstolo Paulo são Escrituras Sagradas, mas não os relaciona e nem relacionada quais seriam os outros livros da Escritura.

A Referência mais antiga que se tem sobre o Cânon do NT se encontra em um manuscrito descoberto pelo sacerdote italiano Ludovico Antonio Muratori no séc. XVIII, datado do séc. II. Por causa do nome de seu descobridor, este documento ficou conhecido como Cânon de Muratori. Neste escrito estão relacionados os 4 Evangelhos, as cartas paulinas, Judas e 1,2 João e o Apocalipse. Não são relacionadas as epístolas Hebreus, Tiago e as de Pedro.

Muitas controvérsias existiram para se reconhecer o caráter canônico de livros como Hebreus, Tiago, Judas, Apocalipse, 2 e 3 João e 2 Pedro. Por esta razão alguns estudiosos os chamam de Deuterocanônicos do NT.

Da mesma forma, outros livros já estiveram no cânon NT, porém depois foram rejeitados. É o caso da Primeira Carta de Clemente aos Coríntios (séc. I) e o Pastor de Hermas (séc. II).

A lista completa dos livros do NT conforme existe hoje aparece pela primeira vez na Epístola 39 de Santo Atanásio de Alexandria para a Páscoa de 367 d.C.

Esta mesma lista foi confirmada por documentos posteriores como o Decreto Gelasiano, e os Cânones de Hipona e Cartago III, IV.

Assim como fez com os Deuterocanônicos, durante a Reforma Protestante Lutero também questionou a canonicidade de alguns livros do NT, são eles: Hebreus, Tiago, Judas e o Apocalipse. Entretanto, suas idéias acabaram sendo rejeitadas para estes livros, o que não aconteceu sobre os Deuterocanônicos.

Livros apócrifos

Os Livros apócrifos (*Apokryphoi*, secreto) são os livros escritos por comunidades cristãs e pré-cristãs (ou seja, há livros apócrifos do Antigo Testamento) nos quais os pastores e a primeira comunidade cristã não reconheceram a Pessoa e os ensinamentos de Jesus Cristo e, portanto, não foram incluídos no cânon bíblico. Na doutrina evangélica/protestante são chamados por apócrifos os livros que fazem parte da lista do Antigo Testamento, normalmente encontrado na Bíblia utilizada pela Igreja Católica Romana. A terminologia teológica católica/ortodoxa para os mesmos é deuterocanônicos, isto é, os livros que foram reconhecidos como canônicos em um segundo (do grego, deuterio significa segundo) momento.^[1] Católicos

Para os católicos, e para muitos historiadores, estes livros datam de muito tempo após a vida de Jesus, sendo alguns deles escritos mais de 200 anos após a morte e ressurreição, não podendo ser considerados fidedignos, ou seja, nem tudo o que neles fora escrito narra com precisão a verdade. Foram escritos principalmente com dois objetivos: Cristãos levados por uma piedosa curiosidade e excessiva imaginação sobre dados da vida do Senhor não relatados nos Evangelhos ou membros das seitas gnósticas que queriam difundir suas doutrinas. Alguns deles, foram retirados do Cânon Católico por demonstrar um Cristo diferenciado dos demais Evangelhos, mostrando-o exclusivamente como Deus, sem as limitações e sentimentos humanos, o que tornaria a passagem pela morte algo fácil de ser cumprido, diminuindo assim, o tamanho do Sacrifício realizado pelo Salvador; em outros, entretanto, a imagem de Cristo é excessivamente mundana e em desacordo com a imagem passada pelos quatro evangelhos mais antigos e fidedignos.

Muitos textos seculares citam erroneamente os textos Apócrifos, como por exemplo o livro e filme "O Código da Vinci", que utiliza fatos não encontrados nestes, para criar a ilusão necessária à trama do filme, visto que são poucos os que conhecem, mesmo que parcialmente, algo contido nestes textos.^[2]

Cristianismo ocidental

No cristianismo ocidental atual existem vários livros considerados apócrifos; nos sínodos realizados ao longo da história esses livros foram banidos do cânon (Livros Sagrados), outros obtiveram uma reconsideração e retornaram à condição de Sagrados (Canônicos). Como exemplo de canonicidade temos a Bíblia (reunião de vários livros).

Os livros Apócrifos são muito estudados atualmente pelos teólogos, por revelarem fatos e curiosidades a respeito dos primórdios do cristianismo.

A quantidade de livros

O número dos livros apócrifos é maior que o da Bíblia canônica. É possível contabilizar 112 deles, 52 em relação ao Antigo Testamento e 60 em relação ao Novo.^[3] A tradição conservou outras listas dos livros apócrifos, nas quais constam um número maior ou menor de livros. Destaca-se, a seguir, alguns desses escritos segundo suas categorias.

1. Evangelhos: de Maria Madalena, de Tomé, Filipe, Árabe da Infância de Jesus, do Pseudo-Tomé, de Tiago, Morte e Assunção de Maria, Judas Iscariotes;
2. Atos: de Pedro, Tecla e Paulo, Dos doze apóstolos, de Pilatos;
3. Epístolas: de Pilatos a Herodes, de Pilatos a Tibério, dos apóstolos, de Pedro a Filipe, Paulo aos Laodicenses, Terceira epístola aos Coríntios, de Aristeu;
4. Apocalipses: de Tiago; de João, de Estevão, de Pedro, de Elias, de Esdras, de Baruc; de Sofonias;
5. Testamentos: de Abraão, de Isaac, de Jacó, dos 12 Patriarcas, de Moisés, de Salomão, de Jó;
6. Outros: A filha de Pedro, Descida de Cristo aos Infernos, Declaração de José de Arimatéia, Vida de Adão e Eva, Jubileus, 1,2 e 3 Henoque, Salmos de Salomão; Oráculos Sibilinos.

Cronologia bíblica do Velho Testamento

A palavra portuguesa **cronologia** é uma derivação do termo grego *khronología*, de *khrónos*, que significa "tempo", e *logos*, que significa "estudo", "ciência". A cronologia é uma ciência auxiliar da História, que têm como objetivo situar os fatos históricos na sua seqüência temporal e atribuir datas exatas a acontecimentos específicos.

Neste caso concreto, a **Cronologia Bíblica** pretende harmonizar os eventos ou fatos históricos mencionados no texto bíblico, por compará-los com fontes exteriores à Bíblia. Os historiadores tentam

assim estabelecer datações absolutas, minimizando a margem de erro, por fixar uma **data-chave** e, a partir dela, datar e ordenar temporalmente a sucessão dos eventos relatados na Bíblia, procurando sincronizá-los com as cronologias dos povos vizinhos.

Este artigo debruça-se apenas sobre os acontecimentos narrados no Velho Testamento.

Sua Data-chave

A data-chave do Velho Testamento é a data da conquista de Babilônia por Ciro II, tendo ocorrido em 5 de Outubro de 539 a.C. (no Calendário Gregoriano); ou 10 de Outubro, (no Calendário Juliano). Esta data-chave está firmemente estabelecida pela arqueologia. É considerado o fim do Cativeiro Babilônico. É durante seu primeiro ano reinado após a conquista da Babilônia, ou seja, entre 538/537 a.C. que Ciro II emite o decreto permitindo que os judeus deixem a região. O livro bíblico de Esdras 3:1 relata que o povo de Israel regressou a Jerusalém pelo 7.º mês, ou seja, Tishri, que corresponde a partes de Setembro/Outubro. Nessa ocasião, é restaurado o culto do Deus de Israel em Jerusalém.

Determinar o ano da conquista de Babilônia

A data-chave da cronologia do Antigo Testamento como não é determinada na Crônica de Nabonido ou no Cilindro de Ciro, recorreremos às tabuinhas astronômicas e comerciais. A Bíblia fornece um *sincronismo direto* entre o reinado de Nabucodonosor II e a destruição de Jerusalém e seu Templo. Em II Reis 25:8 declara explicitamente que esta desolação ocorreu no "19.º ano [de reinado] do Rei Nabucodonosor". (Neste tempo, o Reino de Judá já não aplicava o sistema judaico do "ano de Ascensão". Em vez disso, usava o "ano de Ascensão" como sendo o primeiro ano de reinado.) Em contraste com isso, a Bíblia não nos dá um sincronismo direto desse tipo com a conquista de Babilônia.

- **BM 21946**, Museu Britânico. Este documento cuneiforme data da conquista de Babilônia no "16.º dia" do "mês [babilônico] de Tashritu" (ou Tisri, no calendário hebraico, correspondente a partes de Setembro/Outubro) no 17.º ano de Nabonido.
- **VAT 4956**, Museu de Berlim. É um chamado "diário" astronômico, um registro de cerca de 30 observações astronômicas datado do 37.º ano de Nabucodonosor II. Esta tabuinha estabelece astronomicamente o ano de 568/567 a.C. como sendo a data absoluta para o 37.º ano de Nabucodonosor. Esta data obviamente implica que o seu 18.º ano, durante o qual foi destruído Jerusalém e seu Templo, corresponde a 587/586 a.C.. Embora também seja uma cópia posterior, os peritos concordam que é uma reprodução fiel do original. VAT 4956 é um dos diários astronômicos melhor preservados.
- **Cânone de Ptolomeu**. A soma total da duração dos reinados Neo-babilônicos elaborados por Cláudio Ptolomeu para os reinados anteriores a Ciro II, aponta para 587 a.C. como o 18.º ano do reinado de Nabucodonosor II (Ano Não-ascensão).

No período Persa

No 1.º ano de Ciro II após a conquista de Babilônia (entre 538 a.C. a 587 a.C.), é proferido o Decreto de Ciro. Veja Cilindro de Ciro. No Outono de 537 a.C., Zorobabel (ou Sesbazar) como Governador [do distrito jurisdicional] de Judá, e o Sumo Sacerdote Josué, chegam a Jerusalém. A conclusão do Segundo Templo de Jerusalém deu-se no 6.º ano de reinado de Dario I, ente 516/5 a.C.. (Esdras 3:8-10; 6:14,15)

No 7.º ano de Artaxerxes I, entre 458/7 a.C., o sacerdote e copista Esdras chega a Jerusalém. (Esdras 7:7-9) No seu 20.º ano, entre 445/4 a.C., Neemias chegou a Jerusalém, como Governador de Judá. (Neemias 2:1,5-8) Neemias ordena a reconstrução das muralhas de Jerusalém e colocação de seus portões. A ordem para a reconstrução das muralhas de Jerusalém constituem o ponto de partida da profecia das "70 semanas [de anos]" de Daniel 9:24-27. De Neemias até aos Macabeus decorre um período do qual temos muitas poucas informações bíblicas. W. F. Albright defendeu a tese que Esdras terá chegado depois de Neemias, ou seja, no 7.º ano de Artaxerxes II.

No período Selêucida

A luta dos Macabeus contra Rei Antíoco IV Epifânio, é descrita com indicações cronológicas. O livro de I Macabeus, abrange o período de 175 a.C. a 135 a.C., e II Macabeus, abrange o período de 177 a.C. a 161 a.C.). Às guerras fratricidas da Judéia, entre Aristóbulo II e Hircano II, segue-se a intervenção militar de Roma. O Reino da Judéia é anexado à Província Imperial da Síria por Ceneu Pompeu, em 63 a.C.

Duração dos reinos de Judá e Israel

O cálculo para este período, contado para trás desde da destruição de Jerusalém e seu Templo até a morte do Rei Salomão, apresenta muitas dificuldades. A dificuldade de caráter histórico deste período, reside na exatidão dos números fornecidos para a duração dos reinados, nos sincronismos estabelecidos entre o Reino de Israel e o Reino de Judá e nos sincronismos com as cronologias dos povos vizinhos (egípcia, assíria e neo-babilônica).

Uma comparação da duração dos reinados dos reis de Reino de Judá e de Reino de Israel (conforme registrados nos livros bíblicos de I e II Reis, I e II Crônicas) sugere que este período corresponda a 390 anos literais. Outra evidência adicional pode ser encontrada em Ezequiel 4:1-13. O escritor afirma que a duração do "*erro da casa de Israel*" seria de 390 anos, e que este período terminava na destruição de Jerusalém e seu Templo. Considerando que o "*erro da casa de Israel*" terminou em Outubro de 587 a.C., contando para atrás desta data, o período de 390 anos teria logicamente seu início em Outubro de 977 a.C.

O sincronismo feito entre a Cronologia Bíblica e a Cronologia Assíria, gera dificuldades em estabelecer a duração dos reinados tal como consta no texto bíblico. A explicação para estas divergências é apontada como se devendo à introdução acidental de erros em algumas transcrições dos números feitos pelos copistas., ou então, o copista teria adaptado algum critério particular. Acresce-se a isso, o uso da contagem do "ano de Ascensão" ou "ano Não-ascensão", que nem sempre fica claro.

Divisão do Reino 930 a.C.

O historiador judeu Flávio Josefo afirma que construção do Templo de Jerusalém, ocorreu 143 anos e 8 meses antes da fundação de Cartago e 240 depois da fundação de Tiro. (Ref.^a: *Contra Apião*, Livro 1, Cap. 17 e *Antiguidades Judaicas*, Livro 8, Cap. 31) Para o historiador romano Pompeu Trogo, Cartago foi fundada uns 72 anos antes da cidade de Roma (em 825 a.C.; ou seja, 753 a.C. mais 72 anos) e Tiro, fundada 1 ano antes de Tróia. Segundo um mármore de Paros, a cidade de Tróia teria sido fundada em 1208 a.C. A data da fundação de Roma que prevaleceu foi a fixada por Terêncio Varrão, em 753 a.C. Ela também é citada por Plínio e Cícero. É necessário salientar que a data mencionada acima para fundação de Roma, é uma **data convencional** universalmente aceita como referência.

Sendo certas estas informações, é apontado 969 a.C. como o ano do início da construção do Templo de Jerusalém. De acordo com isto, a Divisão do Reino teria acontecido em 929 a.C., ou por arredondamento, no ano de 930 a.C., como habitualmente se aceita. (Ref.^a *Enciclopédia Verbo Século XXI*, Vol. 8, col. 612-7) W. F. Albrigh calcula que a Divisão do Reino terá ocorrido por volta de 929 a.C., por sua vez, Thiele e Galil crêem que terá ocorrido em 931 a.C.

Divisão do Reino até ao Êxodo

As datas que vão desde da construção do Templo de Jerusalém até o Êxodo de Israel, são pouco exatas. Os historiadores procuraram sincronizar a acontecimentos citados na Bíblia com as cronologias egípcias e assírias. As listas dos reinos de Judá e de Israel [Setentrional] contam os anos pela duração dos seus reinados (I e II Reis e de I e II Crônicas) ou por algum acontecimento particular. Nem sempre é evidente qual o sistema de datação dos reinados usado; o sistema de "ano Não-ascensão", como na Assíria e Babilônia, o sistema do "ano de Ascensão", como no caso do Reino de Judá, ou se o mesmo ano é atribuído aos dois.

No 5.º ano de Roboão, filho do Rei Salomão, Sheshonq I (na Bíblia, chamado de Sisaque), o fundador da XXII Dinastia, invadiu a Palestina. (I Reis 14:21) O sincronismo direto com Sheshonq I e sua campanha militar, é de extrema importância por causa do elo textual direto com a cronologia egípcia. Ainda segundo a Bíblia, Sheshonq I já reinava do Egito pouco antes da morte do Rei Salomão. (I Reis 11:40) Temos como importantes fontes extra-bíblicas deste período a inscrição mural no Templo de Carnac e a Estela de Megido.

I Reis 6:1, diz que no 480.º ano (ou seja, 479 anos e alguns meses) após o Êxodo do Egito, teve ao início da construção do Templo de Jerusalém. Os 480.º ano é um número ordinal e representam 479 anos completos. Diz-nos ainda que isso foi no 2.º mês judaico (que corresponde a Abril/Maio) do 4.º ano de Salomão. Isto significa 3 anos completos e 1 mês completo do seu reinado tinham decorrido.

Considerando que os 40 anos de reinado de Salomão terminaram em 978 a.C., o seu 1.º ano de reinado, teria começado no ano de 1017 a.C.. (I Reis 11:42) Considerando 1013/1012 a.C. como o 4.º ano de Salomão, para o início da construção do Templo, isto faz com que o Êxodo do Egito tivesse ocorrido 479 anos antes, no mês de Abibe (Nisã) de 1493 a.C. e o início da conquista e ocupação de Canã, exatamente 40 anos depois, no ano de 1453 a.C.

Sincronismo Cronologia Assíria

O Monolítico de Salmanssar III, encontrado em Kurk pelo assiriólogo J. E. Taylor, parece mencionar participação do exército de Acabe, Rei de Israel, na Batalha de Carcar. A inscrição reza "dois mil carros e dez mil soldados de infantaria". É opinião geral este "Ahabu (Hahabu), o sírio" [transliterado de *A-ha-ab-bu mat Sir-í-la-a-a*] seja o Rei Acabe. Outros acham que se trate de Ben-Hadade II (em assírio *Adad-idir*), Rei da Síria. Esta batalha terá ocorrido no **6.º ano** de Salmanssar III. (Ref.^a *Textos Antigos do Médio Oriente*, James B. Pritchard, pág. 278-9) Como se determina a data? É baseado na informação de que Bur (Ishdi) Sagale, era Governador da Província de Guzana no reinado de Assur-Dan III (reinou aproximadamente entre 772 a.C. a 755 a.C.) quando "no Monte Simânú deu-se um eclipse do Sol". Segundo os historiadores, este eclipse é identificado como o ocorrido em 15 do Junho de 763 a.C. (no Calendário Juliano). O ano da Batalha de Carcar aconteceu 90 anos antes (segundo as Listas dos Epónimo do ano), em 853 a.C.. (Por outro lado, se a data do eclipse, fosse deslocada para um outro ano, isso obviamente causaria imensas dificuldades cronológicas.)

O Obelisco Negro de Salmanasar III, no Museu Britânico, encontrado em Nimrud (na Bíblia, a cidade é chamada de Calá; *Kalhu* nos textos cuneiformes assírios), menciona o nome de Jeú, Rei de Israel, pagando tributo - por intermédio de um emissário. A inscrição reza que no **18.º ano** de Salmanssar III, o rei recebeu "tributos dos habitantes de Tiro, Sídon, e de Jeú, filho [ou seja, sucessor dinástico] de Omri [transliterado de *la-ú-a mâr Hu-um-ri-î*"]". (Ref.^a *Textos Antigos do Medio Oriente*, James B. Pritchard, pág. 280) Compare com as condições sócio-políticas no reinado de Jeú mencionadas em II Reis 10:31-33.

Duração da Monarquia Unida

Sabemos que os reinados de Saul, David e Salomão, duraram cada um 40 anos. Ao todo, são 120 anos. O ano de 930 a.C. é apontado pelos historiadores como ano em que terá ocorrido o Cisma das Tribos e Divisão do Reino!

Se tomarmos **o ano de 977 a.C.** como base de cálculo, a fundação da monarquia remontaria ao ano de 1097 a.C.. A duração dos reinados indicada abaixo em esquema, seria da seguinte forma:

- Saul (1097 a.C. a 1058 a.C.) 40 anos
- David (1057 a.C. a 1018 a.C.) 40 anos (7 anos e 6 meses + 33 anos)
- Salomão (1017 a.C. a 978 a.C.) 40 anos

Ocupação de Canaã e os Juízes

Quarenta anos após do Êxodo do Egito, os israelitas liderados por Josué, invadem a Transjordânia e Canaã. A primeira cidade de Canaã a ser conquistada foi Jericó, e depois, foi Ai (ficava junto de Betel, a Cananéia Luz). Quatro destacados arqueólogos que escavaram o sítio da antiga Jericó: Carl Watzinger (1907 a 1909), John Garstang (fins da década de 1930), Kathleen Kenyon (1952 a 1958) e Bryant Wood (1990).

Apesar de os arqueólogos estarem de acordo que as muralhas de Jericó foram destruídas violentamente de dentro para fora (Josué 6:20 - "*as muralhas da cidade desabaram*") possivelmente por um sismo, não concordam quanto à data da conquista. Garstang calcula que a sua conquista terá ocorrido por volta de 1440 a.C., por sua vez, Watzinger e K. Kenyon crêem que a destruição terá ocorrido em 1550 a.C. (Ref.^a "Quando os Israelitas Conquistaram Jericó?" na *Biblical Archaeological Review*, Dr. Bryant Wood, Março/Abril, 1990, pág. 57)

A duração total do período pré-monárquico, chamado "período dos Juízes", não é conhecido em rigor. Sabemos que teve início após a morte de Josué e terminou quando Saul se tornou rei. (Josué 24:31; Juízes 2:7,10) Em Juízes 4:31, encontramos a primeira referência a um confronto entre Sangar e 400 filisteus. A expressão "filisteus" neste texto, pode referir-se aos cananeus habitantes da planície costeira onde, mais tarde, se fixaram os filisteus.

Até ao momento, a primeira referência egípcia à existência de Israel que se conhece é uma inscrição na Estela de Merneptat. A inscrição é datada por volta 1230 a.C.. Ela diz que "*Israel está destruído, a sua semente* [literalmente, descendência] *não existe mais.*" Além disso, muitos historiadores relacionam Israel (também chamados de hebreus) com o nome habirú, que aparece nos textos nas cartas de Tell-Amarna, referindo-se a um povo hostil que perambulava na orla do deserto; mas esta associação é igualmente controversa.

Juízes 6:1-6 parece lançar uma luz sobre este assunto. Menciona que Midiã (Arábia) oprimiu o povo de Israel por 7 anos. Sempre que os israelitas semeavam, subiam um numeroso acampamento de midianitas, juntamente com amalequitas e outros orientais, com seu numeroso gado, com o fim de arruinavam a produção da terra, por toda a extensão até Gaza. Não deixavam restar nem sustento, nem Ovídio, nem touro, nem jumento em Israel. Em resultado disso, o povo de Israel ficou muito empobrecido por causa de Midiã. Remonta a esta altura o início do uso de "depósitos subterrâneos que estavam nos montes, e as cavernas e os lugares de difícil acesso."

A inscrição da Estela de Merneptat parece confirmar Juízes 6:1-6 quando diz que *Israel está destruído, a sua semente não existe mais*. A expressão *sua semente*, literalmente pode ser vertida por "descendência", poderá significar tão somente "as sementeiras de Israel" destruídas.

Do Êxodo até Abraão

Êxodo 12:40,41 diz-nos que "a habitação dos filhos de Israel que teve na terra do Egito era 430 anos". Este período de tempo não se refere ao total de anos que foram residentes no Egito, na terra de Gosén. Na realidade, refere-se à duração total de anos que residiram sob o domínio do Egito. Este período de tempo teria começado quando Abraão cruzou o Rio Eufrates e entrou em Canaã e termina com o Êxodo do Egito, sob a liderança de Moisés.

Abraão (Abrão), filho de Tera, morava em Ur, na Baixa Mesopotâmia. Tera e sua família, retornam para Harã (em acadiano *Haranu*). Após a morte de Tera, Abraão e sua família, saiem de Harã, atravessam o Rio Eufrates e entram em Canaã. Nessa ocasião, Abraão tinha 75 anos. (Gênesis 11:31,32; 12:1-5) A sua entrada em Canaã e a curta permanência no Egito, parece ajustar-se exatamente com o período do Médio Império. Se adicionarmos 430 anos à data do Êxodo do Egito, obtemos o ano em que Abraão entrou em Canaã. Se adicionarmos 215 anos à data do Êxodo do Egito, obtemos o ano da mudança de Jacó e sua família para o Egito.

Segundo o relato de Gênesis 11:10 a 12:4, diz que desde da entrada de Abraão em Canaã até ao início do Dilúvio, decorreram 427 anos.

Período antediluviano

A narrativa das origens da Humanidade é apresentada numa linguagem popular e sem pretensões cronológicas. (Gênesis 1 e 2) Gênesis 1:1 afirma que o Universo teve um princípio e esse princípio foi Deus. Quanto à duração dos "*dias criativos*", nada afirmam quanto a uma data para a formação da Terra ou sobre o aparecimento da Humanidade. A preparação da Terra para Vida Humana é explicada como tendo ocorrido em 6 fases. O escritor visa transmitir ensinamentos religiosos. A linguagem empregue é simples e figurada. Para transmitir esses ensinamentos, os seus autores teriam usado as narrações e mitos da cultura mesopotâmica e o uso de teofonias.

A sociedade humana antediluviana, para além agricultura e da pastorícia, é descrita como conhecedora da metalurgia de cobre e do ferro. Também fazia uso de instrumentos musicais. (4:19-22) Segundo o relato de Gênesis 5:3-29 e 7:6,11, desde do início do Dilúvio até à criação do Adão, terá decorrido 1 656 anos. Este período é esquematizado na tabela que segue:

- Desde a criação de Adão até o nascimento de Sete 130 anos
- Daí até o nascimento de Enos 105 anos
- Até o nascimento de Quenã 90 anos
- Até o nascimento de Malalel 70 anos
- Até o nascimento de Jaredé 65 anos
- Até o nascimento de Enoque 162 anos
- Até o nascimento de Metusalém 65 anos
- Até o nascimento de Lameque 187 anos
- Até o nascimento de Noé 182 anos
- Até o Dilúvio Bíblico 600 anos

De acordo com as evidências arqueológicas, os historiadores e exegêtas bíblicos concordam que a longa longevidade anterior ao Dilúvio Bíblico citada no Gênesis, não têm valor cronológico, mas apenas um valor simbólico.

Os dados apresentados acima para o período antediluviano são encontrados no Texto Massorético, em que se baseiam as modernas traduções dos Antigo Testamento. Mas estes dados diferem dos encontrados na Septuaginta Grega (sigla LXX), mas a evidência de exatidão favorece claramente o Texto Massorético. (Ref.^a *Comentário Sobre as Escrituras Sagradas*, Gênesis, pág. 272 nota, traduz. inglês e editado por P. Schaff, 1976)

Algumas religiões cristãs que entendem a narrativa cronológica antediluviana como literal. Veja Criacionismo. A justificação para rebater os argumentos dos arqueólogos sobre aparecimento dos humanos há milhares de anos, resume-se no seguinte: os métodos de datação têm definitivamente limitações (estas originadas pelas mudanças climáticas e geológicas causadas por um Dilúvio global) e baseiam-se apenas em conjecturas ou teorias não comprovadas.

Cronologia bíblica do Novo Testamento

A palavra portuguesa **cronologia** é uma derivação do termo grego *khronología*, de *khrónos*, que significa "tempo", e *logos*, que significa "estudo", "ciência". A cronologia é uma ciência auxiliar da História, que têm como objetivo situar os fatos históricos na sua seqüência temporal e atribuir datas exatas a acontecimentos específicos.

Neste caso concreto, a **Cronologia Bíblica** pretende harmonizar os eventos ou fatos históricos mencionados no texto bíblico, por compará-los com fontes exteriores à Bíblia. Os historiadores tentam assim estabelecer datações absolutas, minimizando a margem de erro, por fixar uma **data-chave** e, a partir dela, datar e ordenar temporalmente a sucessão dos eventos relatados na Bíblia, procurando sincronizá-los com as cronologias dos povos vizinhos.

Este artigo debruça-se apenas sobre os acontecimentos narrados no Novo Testamento.

Sua Data-chave

O Evangelho de Lucas informa-nos que João, filho do sacerdote Zacarias, apareceu para fazer batismos no 15.º ano de Tibério César. (Lucas 3:1-3) Sabemos que Octávio César Augusto faleceu em 17 de Agosto de 14 d.C. Tibério foi indigitado pelo Senado Romano como Imperador, a 15 de Setembro. Como os romanos não usavam o sistema de "ano de Ascensão", seu 15.º ano seria em 28/29 d.C..

O nascimento de Jesus

Segundo o Evangelho de Mateus, Jesus nasceu pouco antes da morte do Rei Herodes, o Grande. Antes de morrer, Herodes mandou matar os meninos de Belém até aos 2 anos, de acordo com o tempo que apareceu a "estrela" aos magos. (Mateus 2:1, 16-19) Nessa ocasião, o menino Jesus teria cerca de 2 anos.

Flávio Josefo menciona um eclipse lunar no dia em que um líder de uma revolta contra Herodes, chamado Matias, era queimado vivo. (*Antiguidades Judaicas*, Livro 17, Cap. 6 § 4; *Guerra dos Judaicas*, Livro 1, Cap. 33 § 2-4) Este eclipse, o único mencionado por Flávio Josefo, não é mencionado nos Evangelhos. Esse eclipse tem sido identificado pelos historiadores como tendo ocorrido a 13 de Março de 4 a.C.

Segundo a opinião da grande maioria dos historiadores, o Rei Herodes terá morrido entre 13 de Março (o dia do eclipse lunar) e 11 de Abril (o dia de Páscoa) do ano 4 a.C. (ou seja, antes da Era Cristã). Mas esta identificação do eclipse tem vindo a ser questionada. Atualmente, têm aumentado o número dos investigadores que argumentam que o Rei Herodes poderá ter morrido no ano 1 a.C.. Era tradição dos Padres da Igreja que Jesus teria nascido no ano 3 a.C. ou 2 a.C.

Sobre ano 1 a.C.

Ao datar quando o Senado Romano nomeou Herodes como "Rei da Judéia", Flávio Josefo situa o evento como ocorrido durante o governo de certos cônsules romanos. Segundo esta lista, a nomeação de Herodes como rei terá ocorrido no ano 40 a.C. Segundo outro historiador, Apiano, coloca o evento no ano 39 a.C. Visto que o judeus usavam o sistema do ano de acessão, podemos considerar que o seu 1.º ano de reinado foi de 39 a.C. a 38 a.C.

Pelo mesmo método, Josefo situa a conquista de Jerusalém por Herodes, 27 anos depois da conquista de Jerusalém pelo cônsul Cneu Pompeu, que ocorreu em 63 a.C. Isto nos dá com exatidão o ano de 36 a.C. [63 – 27 = 36]. Veja *Antiguidades Judaicas*, Vol. 14, pág. 487-8. Também nos diz que Herodes faleceu 37 anos depois de ter sido designado rei [39 – 37 = 2] e 34 anos depois de conquistar Jerusalém [36 - 34 = 2]. Veja *Antiguidades Judaicas*, Vol. 17, pág. 190-1. Isto coloca a sua morte no ano 2 a.C. Josefo diz-nos ainda que Herodes tinha cerca de 70 anos quando morreu, e que a sua nomeação como Governador da Galileia, deu-se quando tinha 25 anos de idade. Veja *Antiguidades Judaicas*, Vol. 17, pág. 148 § 1; Vol. 14, pág. 158 § 2. Josefo na realidade escreveu 15 anos, mas se trata dum erro evidente. Joséfo estaria querendo dizer 25 anos.

Sabemos ainda que o dia que Herodes morreu foi pouco depois dum Eclipse Lunar e antes da festividade da Páscoa (14 de Nisã, isto é, Março/Abril). Diz ainda a tradição judaica, que a sua morte foi no dia 2 de Sebate (Janeiro/Fevereiro). Veja *Antiguidades Judaicas*, Vol. 17, pág. 167 § 4 e pág. 213 § 3. Ocorreu um Eclipse Lunar total em 8 de Janeiro de 1 a.C., uns 3 meses antes da Páscoa e 18 dias antes do dia tradicional da morte do Rei Herodes. Registrou-se ainda um outro Eclipse Lunar parcial, a 27 de Dezembro de 2 a.C..

Na Era Apostólica

Entre 33 d.C. e 48 d.C.

De acordo com historiador judeu Flávio Josefo (*Antiquidades Judaicas*, Cap. 19, pag. 351 [8, 2]), Herodes Agripa I reinou durante 3 anos após da ascensão de Imperador Cláudio (em 24 de Janeiro de 41 d.C.). As evidências históricas indicam que morreu no ano 44 d.C. De acordo com o registro de bíblico, pouco antes da morte de Herodes Agripa, o profeta cristão Agábo prediz uma grande escassez alimentos na Judéia, a execução pela espada do apóstolo Tiago, e a prisão do apóstolo Pedro - na época da Páscoa - e inesperadamente solto. Todos estes eventos podem ser datados seguramente no ano 44 d.C.. (Atos 11:27,28; 12:1-11,20-23)

Entre 49 d.C. a 59 d.C.

Na antiga Delfos, apareceu uma missiva do Imperador Cláudio na qual se deduz que Lúcio Junio Galião esteve em Corinto do ano 51 d.C. a 52 d.C.. Galião, como Procônsul da Acaia, terá chegado a Coríntio em Julho de 51 d.C.. Sabemos que o apóstolo Paulo compareceu perante Galião. (Atos 18:11,12,17,18) Tudo isto parecem confirmar a primavera de 52 d.C. como a conclusão da 18 meses de permanência de Paulo na cidade. O apóstolo terá chegado a Coríntio no começo de 50 d.C..

Outra referência adicional é encontrada na declaração de chegada de Paulo a Corínto. Paulo encontrou-se "um certo judeu nomeou Áquila, um nativo de Ponto, que pouco antes tinha chegado da Itália, e Priscila, a esposa dele, por causa do faceto que Cláudio tinha ordenado que todos os judeus partissem de Roma." (Atos 18:2) De acordo com o historiador Paulo Orosius, do 5.º Século, esta ordem de expulsão ocorreu no 9.º ano de Imperador Cláudio, isto quer dizer, no ano de 49 d.C.

No fim da 3.ª Viagem Missionária de Paulo ao chegar a Jerusalém, o apóstolo é detido. Comparece perante o Sumo Sacerdote Ananias, filho de Nadebeu (47 a 59 d.C.), e do Sinédro. Ele foi levado para Cesareia e lá permaneceu em custódia durante dois anos, até que António Félix (52 d.C. a 59 d.C.) foi substituído por Pórcio Festo (59 d.C. a 62 d.C.) como Governador da Judéia. (Atos 21:33; 23:23-35; 24:27) A data da chegada de Festo e da partida subsequente de Paulo para Roma terá sido no Outono de 59 d.C..

Entre 60 d.C. a 100 d.C.

A história secular dá 18 de Julho de 64 d.C. como a data do grande Incêndio em Roma, seguindo que estourou a perseguição aos cristãos ordenada por Imperador Nero. O encarceramento final de Paulo e sua execução subsequente ajusta-se logicamente neste período. (II Timóteo 1:16; 4:6,7)

Céstio Galo, legado da Província da Síria, cerca Jerusalém com uma legião (isto é, seis mil soldados), mas é rechaçado com pesadas perdas. Assim como aconteceu com último procurador romano, Géssio Floro (64-66 d.C.), Céstio Galo teve que se retirar para Cesaréia. É o início da Rebelião Judaica, fartos das muitas arbitrariedades, da corrupção e de repressão por parte dos anteriores procuradores romanos.

O Imperador Nero envia para Judéia um experiente general - Vespasiano. Em companhia de seu filho Tito, Vespasiano invade a Galiléia na Primavera de 67 com 10 legiões (isto é, 60 mil soldados). No Outono, a Galiléia está definitivamente ocupada pelos romanos. Na Primavera de 68, Vespasiano ocupa sucessivamente a Peréia, as planícies costeiras, a região montanhosa da Judéia e de Samaria e a Iduméia. Quando está preparado para atacar Jerusalém, o Imperador Nero se suicida. Isto sucede em 9 de Junho de 69 d.C. Vespasiano espera se definir a situação em Roma.

Vespasiano é aclamado Imperador no dia 1 de Julho de 69 e marcha para Roma, deixando a guerra sob o comando do General Tito, seu filho. Tito cerca Jerusalém pouco antes da Páscoa (14 de Nisã) de 70, com quatro legiões (isto é, 24 mil soldados). Em Julho de 70, toma a Fortaleza Antônia, a Norte do Templo, um dos redutos rebeldes. Tito manda incendiar o Templo de Jerusalém, em Agosto. No mês seguinte, é ocupado o Palácio de Herodes. A dia exato da destruição do Templo de Jerusalém é

controversa. A tradição rabínica diz que foi no dia 9 do mês de Ab (29 de Agosto de 70), enquanto Flávio Josefo diz que foi no dia 10 de Ab.

Em resultado da perseguição contra os cristãos ordenada pelo Imperador Domiciano (entre 14 de Setembro de 81 d.C. a 16 de Setembro de 96 d.C.), o apóstolo João é exilado na Ilha de Patmos. Foi na Ilha de Patmos que escreveu o livro do Apocalipse, aproximadamente no ano 96 d.C.. (Apocalipse 1:1) O evangelho e três cartas (epístolas) foram escritas de Éfeso (na Ásia Menor) ou na sua vizinhança, logo depois de ter sido solto. O último dos 12 apóstolos terá morrido por volta no ano 100 d.C., findando a Era Apostólica.

Pentateuco - A Lei - Tora

Gênesis é o primeiro livro da Bíblia. Faz parte do Pentateuco, os cinco primeiros livros bíblicos, cuja autoria é atribuída, pela tradição judaico-cristã, a Moisés (em hebraico, משה, *Moshê*). **Gênesis** (que significa “Origem; Nascimento”) é o nome dado pela Septuaginta ao primeiro destes livros, ao passo que seu título hebraico **Bereshit** (*No Princípio*) é tirado da primeira palavra na sua sentença inicial.

Narra acontecimentos, desde a criação do mundo, na perspectiva judaica, passando pelos Patriarcas hebreus, até à fixação deste povo no Egipto, depois da história de José.

1. Autor: Indeterminado (a tradição judaico-cristã sustenta ter sido Moisés);
2. Significa: *começo, princípio, origem*;
3. Primeiro livro da Bíblia e primeiro do Pentateuco;
4. Possui 50 capítulos;
5. Contém uma história da criação do mundo, da humanidade, da queda do homem e da escolha da nação de Israel por Deus.

Êxodo dá continuidade à narrativa iniciada em Gênesis. Relata o início da escravidão do povo de Israel do Egipto, sua posterior libertação e aliança com Deus no Monte Horebe, na Península do Sinai, onde Deus entrega a Moisés as duas tábuas de pedra contendo os Dez Mandamentos. Também narra o nascimento e a vida de Moisés.

Levítico é o terceiro livro da Bíblia. Faz parte do Pentateuco, os cinco primeiros livros bíblicos, cuja autoria é, tradicionalmente, atribuída a Moisés.

É um dos livros do Antigo Testamento da Bíblia e possui 27 capítulos. Os judeus chamam-no Va-Yikra ou Vaicrá (*E chamou*). Basicamente é um livro teocrático, isto é, seu caráter é legislativo; possui, ainda, em seu texto, o ritual dos sacrifícios, as normas que diferenciam o puro do impuro, a lei da santidade e o calendário litúrgico entre outras normas e legislações que regulariam a religião.

Números (do hebraico במדבר Bamidbar *No Ermo*; em latim Numeri Vulgata, derivando de *A-rith-moi* da LXX) é o quarto livro da Bíblia. Faz parte do Pentateuco (conhecida pelos judeus como Torá), os cinco primeiros livros bíblicos, cuja autoria é, tradicionalmente, atribuída ao patriarca Moisés. Um dos livros do Antigo Testamento da Bíblia, possui 36 capítulos e recebe esse nome por causa dos censos relatados. A época da escrita, por volta de 1470 a.C.

O quarto livro do Pentateuco deriva seu nome dos dois censos de Israel mencionados no livro. Narra eventos que ocorreram na região do monte Sinai, durante as peregrinações dos israelitas no ermo e Moabe. Este nome **Números** foi usado pela primeira vez na tradução grega da versão LXX, sendo bastante adequado, pois todo o livro esta repleto de números,.

Mais de uma vez explica que, Moisés se dedicou a registrar cada sitio onde os hebreus acampavam, todos os oásis e cada acampamento, e as palavras concludentes do livro também indicam ser ele o escritor do relato. — 36:13. Estas alusões explicam perfeitamente como estas antiquíssimas descrições puderam chegar a nós, intactas.

Deuterônômio é o quinto livro da Bíblia. Faz parte do Pentateuco, os cinco primeiros livros bíblicos, cuja autoria é, tradicionalmente, atribuída a Moisés. É um dos livros do Antigo Testamento da Bíblia e possui 34 capítulos.

Contém os discursos de Moisés ao povo, no deserto, durante seu êxodo do Egito à Terra Prometida por Deus. O nome é de origem grega e quer dizer *segunda lei* ou *repetição da lei*.

Os discursos contidos nesse livro, em geral, reforçam a idéia de que servir a Deus não é apenas seguir sua lei. Moisés enfatiza a obediência em consequência do amor: "Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e com todo o teu entendimento". Também é enfatizado o "caminho da bênção e da maldição", no qual Deus previne o povo a seguir seus mandamentos, pelos quais o povo ou seria abençoado, ou receberia maldições (porém, caso se arrependesse e voltasse a seguir de coração a Deus, ele se arrependeria e perdoaria o povo).

O nome hebraico deste quinto livro do Pentateuco é *Deva•rím* (Palavras), tirado da frase inicial do texto hebraico. O nome "Deuterônômio" deriva do título grego na Septuaginta, *Deu•te•ro•nó•mi•on*, que significa literalmente "Segunda Lei, Repetição da Lei". Vem da tradução grega duma frase hebraica em Deuterônômio 17:18, *mish•néh hat•toh•ráh*, corretamente traduzida por "cópia da lei".

A autenticidade de Deuterônômio como livro do cânon da Bíblia e de Moisés ser o escritor dele acha-se bem alicerçada no fato de que Deuterônômio sempre foi reputado pelos judeus como parte da Lei de Moisés. A evidência da autenticidade de Deuterônômio, em geral, é a mesma que a dos outros quatro livros do Pentateuco. (Veja PENTATEUCO; também esses livros sob os seus respectivos nomes.) No Novo Testamento cristão, Jesus é a principal autoridade que atesta a autenticidade de Deuterônômio, citando-o três vezes ao repelir as tentações de Satanás, o Diabo. (Mt 4:1-11; De 6:13, 16; 8:3) Também, Jesus respondeu à pergunta quanto a qual era o maior e o primeiro mandamento por citar Deuterônômio 6:5. (Mr 12:30) E Paulo cita Deuterônômio 30:12-14; 32:35, 36. — Ro 10:6-8; He 10:30.

O tempo abrangido pelo livro de Deuterônômio é um pouco superior a dois meses, no ano de 1473 AEC. Foi escrito nas planícies de Moabe, e consiste em quatro discursos, um cântico e uma bênção, da parte de Moisés, enquanto Israel acampava nas fronteiras de Canaã, antes de entrar nessa terra. — De 1:3; Jos 1:11; 4:19. Avisos e Leis. Deuterônômio está repleto de avisos ao povo hebreu contra a adoração falsa e a infidelidade, bem como de instruções sobre a maneira de lidar com tais, de modo a preservar a adoração pura. Algo notável em Deuterônômio é a exortação à santidade. Admoestava-se os israelitas a não se casarem com pessoas das nações em sua volta, porque isto representaria uma ameaça para a adoração pura e a lealdade a Jeová. (De 7:3, 4) Foram avisados contra o materialismo e a autojustiça. (8:11-18; 9:4-6) Foram feitas fortes leis referentes à apostasia. Eles deviam cuidar-se bem, a fim de que não se desviassem para outros deuses. (11:16, 17) Foram avisados contra os falsos profetas. Foram dadas instruções, em dois lugares, sobre como identificar um falso profeta e como lidar com ele. (13:1-5; 18:20-22) Até mesmo se um membro da própria família se tornasse apóstata, a família não devia ter pena dele, mas devia tomar parte em apedrejá-lo até a morte. — 13:6-11.

As cidades de Israel que apostatassem deviam ser devotadas à destruição e nada delas devia ser preservado para benefício pessoal de alguém. Tal cidade nunca deveria ser reconstruída. (De 13:12-17) Os delinquentes cujos pais não conseguissem controlá-los deviam ser apedrejados até morrerem. — 21:18-21.

A santidade e o isentar-se da culpa de sangue foram destacados pela lei relativa ao modo de se lidar com um caso de homicídio não solucionado. (De 21:1-9) Indicando o zelo pela adoração pura, Deuterônômio continha regulamentos sobre quem podia tornar-se membro da congregação de Jeová, e quando. Nenhum filho ilegítimo, até a décima geração, nem moabita ou amonita, por tempo indefinido, e nenhum eunuco podia ser admitido. Todavia, egípcios e edomitas da terceira geração podiam tornar-se membros da congregação. — 23:1-8.

Deuterônômio esquematiza o arranjo judicial para Israel, quando se fixasse na Terra da Promessa. Delineia as habilitações para juízes, e o arranjo de tribunais nos portões das cidades, sendo o santuário o supremo tribunal do país, cujos julgamentos deviam ser seguidos por todo o Israel. — De 16:18–17:13.